

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Belas Artes – EBA/ UFMG
Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes
Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias
Contemporâneas - CEEAV

Ricardo Pinto de Paula

**PATRIMÔNIO CULTURAL: contribuições para o ensino das Artes Visuais na
Educação de Jovens e Adultos**

Lagoa Santa

2019

Ricardo Pinto de Paula

**PATRIMÔNIO CULTURAL: contribuições para o ensino das Artes Visuais na
Educação de Jovens e Adultos**

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

Orientador(a): Jussara Vitória de Freitas do Espírito Santo.

Lagoa Santa

2019

De Paula, Ricardo Pinto de.

Patrimônio Cultural: contribuições para o ensino das Artes Visuais na Educação de Jovens e Adultos / Ricardo Pinto de Paula. – 2019.

62 f., enc (Entrar com número de folhas da monografia)

Orientador(a): Jussara Vitória de Freitas do Espírito Santo
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes.

Referências: f. 1-80

1. Artes visuais – Especialização. 2. Estudo e ensino – Especialização. I. Título. II. De Paula, Ricardo Pinto, nome do (a) orientador (a) III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes.

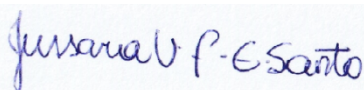
CDD: 707

Nome: **RICARDO PINTO DE PAULA**

“PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DAS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS”.

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

Pelas condições da Banca Examinadora o aluno foi considerado: **APROVADO**.



Professora Jussara Vitória de Freitas do Espírito Santo – CEEAV/ EBA/ UFMG - Orientadora



Professora Patrícia Gomes de Azevedo – EBA/ UFMG – Membro da Banca Examinadora



Profa. Patrícia de Paula Pereira
Coordenadora do Curso de Especialização em Ensino de Artes
Visuais e Tecnologias Contemporâneas - CEEAV
Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes
Escola de Belas Artes/ EBA – UFMG

Resumo

Esta monografia apresenta resultado de uma pesquisa sobre o Patrimônio Cultural de Minas Gerais existente na comunidade escolar da Educação de Jovens e Adultos. “Eja Cultural: experiências de vida – referências para o aprendizado” é uma ação realizada, anteriormente, nas escolas de EJA da rede pública estadual de ensino de Minas. As experiências vivenciadas com esta ação tornam-se exemplos práticos para gerar contextualizações sobre as perspectivas encontradas na apropriação e fruição da cultura, inserida no ensino-aprendizagem das Artes Visuais, que visa contribuir para a formação pedagógica, sociocultural e humana de seus estudantes. A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa adotando como referencial teórico o itinerário intelectual de Paulo Freire e a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa, marcos orientadores sobre o tema e importantes referências acadêmicas do Curso de Especialização Ensino das Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas da Escola de Belas Artes – Universidade Federal de Minas Gerais. Em sua conclusão, são refletidos seus efeitos produzidos e possibilidades de suas contribuições na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Artes Visuais. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This monograph presents the result of a research on the Cultural Heritage of Minas Gerais existing in the school community of Youth and Adult Education. “Cultural Eja: life experiences - references for learning” is an action previously carried out in the state schools of Minas Gerais. The experiences with this action become practical examples to generate contextualizations about the perspectives found in the appropriation and enjoyment of culture, inserted in the teaching-learning of the Visual Arts, which aims to contribute to the pedagogical, sociocultural and human formation of your students. The research was developed in a qualitative approach adopting as theoretical reference Paulo Freire's intellectual itinerary and Ana Mae Barbosa's triangular approach, guiding marks on the subject and important academic references of the Specialization Course Teaching the Visual Arts and Contemporary Technologies of the Escola de Fine Arts - Federal University of Minas Gerais. In its conclusion, its effects and possibilities of its contributions in contemporary society are reflected.

Keywords: Cultural Heritage. Visual Arts. Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	11
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE CORRESPONDÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ATUALIDADE	11
1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS REFLETIDO NA COMUNIDADE ESCOLAR DAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO	11
1.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTES VISUAIS POR MEIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	16
1.2.1 Etapa de implantação e preparação	21
1.2.2 Etapa de desenvolvimento	21
1.2.3 Etapa de conclusão	22
1.3.ENSINO E APRENDIZAGEM DE ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS	23
CAPÍTULO 2	28
2 POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MECANISMOS ADOTADOS ENTRE GOVERNO FEDERAL E ESTADO DE MINAS GERAIS REPERCUTINDO NA EJA	28
2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MARCOS ORIENTADORES NACIONAIS E SEUS EFEITOS NAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO	28
2.2 POSSIBILIDADES DE ABSORÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PROJETO PEDAGÓGICO DAS EJA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC.....	36
CAPÍTULO 3	40
3 ESTUDOS SOBRE EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS NO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO “EJA CULTURAL – EXPERIÊNCIAS DE VIDA, REFERÊNCIAS PARA O APRENDIZADO” NA ESCOLA EE IMACULADA CONCEIÇÃO, EM PEDRO LEOPOLDO - MG	40
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTES VISUAIS NA EJA.....	40
3.2 ANÁLISE RESULTANTE DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS.....	45
3.3. PROPOSTAS DE METODOLOGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ARTES VISUAIS DA EJA	47

CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Esta monografia propõe apresentar resultados sobre o desenvolvimento de estudos de uma ação pedagógica intitulada “EJA Cultural - Experiências de Vida, Referências para o Aprendizado”, empreendida pelo pesquisador durante sua atuação na coordenação de projetos artísticos para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, na rede pública estadual de ensino. Esta ação foi realizada entre o período de 2012 a 2014 nas escolas de EJA localizadas em cidades sedes e polos culturais de territórios pertencentes às Superintendências Regionais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEEMG.

Nesta ação, estudantes de turmas de EJA, do Ensino Fundamental e Médio, desenvolveram pesquisas sobre tradições, costumes, saberes, meios e modos de vida em suas comunidades para fundamentar a produção de fotografias, vídeos, desenhos, modelagens, esculturas e tecelagens que foram apresentadas em exposições nas escolas realizada pelos próprios estudantes, mediadas por seus professore (as) e apresentadas para a comunidade escolar.

Entre as escolas que participaram desta ação, o pesquisador selecionou a Escola Estadual Imaculada Conceição, de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, que oferta a modalidade de EJA, para analisar suas experiências em 2013. Esta análise serviu de base para uma proposição metodológica inspirada no “EJA Cultural” como incentivo para ser implementada nas escolas de EJA da atualidade.

Os estudos sobre esta ação desenvolvida foram direcionados para investigar as possibilidades do Patrimônio Cultural, inserido no ensino-aprendizagem de Artes Visuais, contribuir para o desenvolvimento pedagógico, sociocultural e humano de estudantes que participaram desta ação e dos que integram à EJA na atualidade.

Foi desenvolvida uma pesquisa de cunho bibliográfico numa abordagem qualitativa e fundamentada em três eixos teórico-conceituais. No primeiro eixo, existem referências dispostas pelo Ministério da Educação - MEC e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEEMG que orientam as Artes Visuais na EJA por meio da proposta curricular do ensino de Arte, do CBC de Arte e suas perspectivas com a BNCC. Considera-se, nessas bases referenciais, pensamentos da filosofia pedagógica de Paulo Freire e da Abordagem Triangular difundida por Ana Mae Barbosa no ensino-aprendizagem da EJA, na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. No segundo eixo, referências do conteúdo teórico de

disciplinas do Curso de Especialização Ensino das Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas sobre ensino e metodologia de pesquisa de Artes Visuais. E por último, referências orientadoras do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e de teóricos que refletem sobre Patrimônio Cultural, ambas reconhecidas e adotadas pela SEEMG.

A ênfase da pesquisa foi dada em ensino de Arte na EJA, por estar estreitamente relacionado com estudos que se concentraram na busca e no encontro de conhecimentos para proposição de uma metodologia para esta modalidade educacional. Encontrou nesta forma de pesquisa sentidos para compreender que a Arte, na Educação de Jovens e Adultos, pode estar interagida com historicidades de vida de seus estudantes reconhecidas no patrimônio cultural de sua comunidade escolar para fundamentar, dinamizar e refletir seus efeitos no ensino-aprendizagem, por considerar que:

A pesquisa em ensino de arte é aquela cuja ênfase está no processo de ensino de arte, seus fundamentos e as reflexões sobre eles, sua prática e sua reflexão sobre ela. É o ensino de arte enquanto processualidade do ser, vinculado ao fazer e ao aprender/ensinar concomitantes, indissociáveis, interagentes e interativos. (PIMENTEL, 2006, p.1)

Mesmo em sua capacidade inicial, acredita-se que poderá contribuir na composição de subsídios para elaboração e vivência de práticas de ensino-aprendizagem das Artes Visuais na EJA por intermédio da apropriação e fruição do patrimônio cultural contribuindo para a formação pedagógica, sociocultural e humana de seus estudantes, beneficiando sua comunidade escolar e a sociedade em geral.

CAPÍTULO 1

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE CORRESPONDÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ATUALIDADE

1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS REFLETIDO NA COMUNIDADE ESCOLAR DAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

Minas são muitas, como nos descreve Guimarães Rosa, sobre suas terras possuidoras de mais de 300 anos história edificada por marcantes acontecimentos iniciados com o Ciclo do Ouro, a Inconfidência Mineira que impulsionaram sua grande evidência no cenário internacional da atualidade. Veículo de televisão de alcance nacional noticiou, em 2017, que Minas é o estado com população mais extensa do país chegando à apuração de 21.119.536 milhões habitantes, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Atualmente, a extensão territorial de Minas Gerais, com seus 586.520,368 quilômetros quadrados ramifica-se na amplitude de seus 853 municípios, no sudeste do Brasil. Possui um circuito integrado de dezessete Territórios de Desenvolvimento Regional de Minas Gerais, sendo eles, representados pelas regiões: Central; Metropolitana; Vale do Aço, do Rio Doce; Caparaó, Mata; Vertentes, Alto, Médio, Baixo Jequitinhonha; Mucuri; Norte; Noroeste; Triângulo Norte, Sul; Oeste; Sudoeste e Sul do Estado de Minas Gerais. (ALMG, 2019)

A inscrição “*Libertas quae será Tamem*” em sua bandeira vermelha e branca significa a plenitude de uma liberdade que se busca alcançar, ainda que tardia emanada do espírito de lutas e conquistas na vocação do povo ao exercício do pensamento que se manifesta em hábitos e costumes que ainda lhe são peculiares. Sua formação identitária deriva-se de uma gênese miscigenada indígena, africana e portuguesa do período colonial e, após o século XIX com a chegada de imigrantes de países do norte da Europa, Oriente Médio e Ásia. Família, trabalho, religiosidade, economia e a intelectualidade espontânea de compreender o mundo na perspectiva

do mistério transcendente da arte fundamentada em sua ancestralidade, tradições, costumes, meios e modos de vida.

De acordo com o IEPHA, dentro da materialidade da cultura mineira reconhecida pelo Estado existem 18 conjuntos urbanos, 47 conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, 241 edificações isoladas e 22 acervos de bens móveis isolados reconhecidos em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG.

No Arquivo Público Mineiro, na Coleção Mineiriana da Biblioteca Estadual Luis de Bessa e no Atlas de Festas Populares do Estado de Minas Gerais, Instituto de Geociências Aplicadas - IGA pode ser encontrado um rico acervo de informações sobre a cultura imaterial de Minas Gerais que reúne manifestações e fatos folclóricos, como: Congado, com os Grupos de Moçambique, Catopés, Congo, marujada, Caboclos, Vilão e Candombe trazidos pelos escravos africanos que homenageiam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Ifigênia, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Aparecida; a Folia de Reis, ou Reisado, visitando as casas para louvar a chegada do Menino Jesus na época natalina e as Pastorinhas visitando os presépios representando os pastores; o Boi de Reis; a Festa do Divino homenageando uma pessoa importante da comunidade que será o próximo festeiro; a Cavalhada, remontando os combates medievais entre mouros e cristãos; a Dança de São Gonçalo com moças trazendo arcos enfeitados de rosas e um homem ao centro representando o santo; o Caxambu, ou Jongo, enaltecendo o batuque dos negros nas fazendas de café e a Quadrilha trazida da França, pelos portugueses que acontecem nas festas populares dos meses de junho e julho.

Nos folgedos e mitos existem lendas, crenças, provérbios, costumes, muitas originárias das tradições dos colonizadores portugueses e das culturas indígena e africana, além do Saci-Pererê, o Curupira das matas, o Caboclinho d'água do Rio São Francisco e mitologias da Estrada Real que ligava Ouro Preto a Paraty.

A cozinha mineira tem o seu fogão à lenha e produz quitandas com broa de fubá, biscoitos doces, temperos e reverencia o pão de queijo. A diversa e criativa culinária, internacionalmente reconhecida, recebe influência das culturas indígena, africana e portuguesa desde o início da colonização brasileira fundamentando o feijão tropeiro, lingüiça defumada, frango com quiabo e angu de milho, vaca atolada,

canjiquinha, leitão à pururuca com verduras e legumes produzidos nos quintais, a exemplo da couve e do ora-pro-nobis.

Nas feiras de rua e nos mercados comidas, bebidas, iguarias e artesanatos em barro, cerâmica diversificando trabalhos elaborados do simples ao sofisticado em bordados, trançados, crochês, tricôs, tecelagens com inúmeros materiais para a produção de objetos e adornos com temas religiosos e profanos para o uso cotidiano, adornos e decoração. Sua originalidade revela a cultura de regiões mineiras, ao belo exemplo do Vale do Jequitinhonha e do São Francisco e da pedrasabão nas cidades históricas.

Através das gerações são repassadas crenças e superstições que reproduzem sentidos de cunho histórico, social e científico. Não vestir roupa virada ao avesso, por promover atraso na vida, surgiu do perigo de ser picado por algum inseto ou aranha venenosa e morrer, pois antigamente as roupas eram estendidas no varal das roças. Benzedeiras e raizeiros validam uma medicina popular fundamentada em chás e banhos com cascas, sementes, plantas e ervas aromáticas para a cura de doenças corriqueiras.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais ainda existentes em aldeias, sítios quilombolas e em áreas rurais de Minas vêm sendo, aos poucos, reconhecidos pela sociedade como grandes progenitores de sabedorias ancestrais compartilhando oportunidades para a vivência de aprendizados sobre o bem viver na sociedade urbana contemporânea. O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES compartilha conhecimentos sobre as treze etnias de povos indígenas que vivem no Estado. São pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê e reúnem, aproximadamente, quinze mil pessoas em aldeias e vilas localizadas em distritos da sede de municípios mineiros Compõem esses povos os Maxakali em Bertópolis, Ladainha e Santa Helena de Minas e os Mucuriñ em Campanário, ambos na região de Teófilo Otoni; Os Pankararu, na região de Araçuaí; os Xakriabá, em São João das Missões, na região de Januária; os Tuxá, na região de Buritizeiro; os Pataxó, na região de Carmésia e Itapeçerica; os Krenak em Resplendor, na região de Governador de Valadares; Os Pataxó Hã-Hã-Hãe na região de Rio Pardo de Minas; os Kaxixó em Martinho Campos, na região de Pará de Minas e os Xucuru Kariri, em Caldas na região de Poços de Caldas.

Os quilombolas são descendentes das pessoas africanas que fugiram das cruéis condições de vida e de trabalho escravo nas plantações e engenhos de cana

de açúcar entre os séculos XVI e XIX. Encontravam refúgios no interior das matas onde construíram suas fortificações para viverem as tradições religiosas, os costumes em família, a prática do plantio e a sabedoria em relação aos elementos da natureza para valer suas simples condições de sobrevivência. Em Minas Gerais, os quilombolas estão existentes em mais de 400 comunidades, por entre 155 municípios mineiros, com sua maior presença nas regiões norte, nordeste e o Vale do Jequitinhonha.

Na Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais encontra-se um acervo de informações sobre as comunidades tradicionais formadas por pessoas que vivem os pescadores artesanais, os povos de terreiro, os geraizeiros, os vazanteiros, os apanhadores de flores sempre-vivas, os faiscaidores e os ciganos. A cultura das comunidades tradicionais vem sendo cada vez mais compreendida e absorvida pelas comunidades de meios sociais urbanos promovendo um intercâmbio de culturas imateriais para a construção de sentidos humanizadores para a vida em comum.

As 840 bandas de música civil, cadastradas pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, tocam o hino popular “Oh, Minas Gerais” composta por José Duda de Moraes, em 1910; festas de santos padroeiros das igrejas católicas e manifestações de outras crenças religiosas; as modas de viola caipira.

São muitos os elementos icônicos da cultura mineira, por exemplo: a estação e o trem de ferro; a estrada de terra, o passa-um, a porteira, o curral, o chiqueiro e a plantação; a casa de adobe, o chão de cimento queimado, os cumpinzeiros nos pastos, a prosa na varanda, o canário no alpendre, o olhar as horas pela posição do sol, a pescaria no rio, o atlético x cruzeiro no Mineirão, a sinuca, a cachaça, o torresmo, o bar, a padaria, o cafezinho, o leite, o queijo, o ipê amarelo, o rádio e o jornal. Além disso, a moda de viola, a literatura e poesia; a seresta, o samba e a música de vanguarda cantada e instrumental surgida de movimentos musicais Clube da Esquina; as produções artísticas de pintura, escultura, fotografia, cinema, vídeo, teatro, dança, ópera e concertos de orquestras de companhias e grupos; o carnaval e os festivais; as personalidades mundiais do chão ao céu: Pelé, Santos Dumont e muitas outras.

As paisagens culturais mineiras formadas por serras, montanhas, matas, parques, ruas, jardins, monumentos e prédios públicos. Tudo isto ainda é uma síntese da magnitude cultural que dimensionam simbologias do jeito mineiro de

escutar, pensar, desconfiar, falar uai, ser político e econômico em suas várias nuances, que mesmo descaracterizadas pela pós-modernidade globalizante, não perde suas configurações conterrâneas e originais.

Os bens culturais imateriais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, representante do IPHAN no Estado, resumem-se na Comunidade dos Arturos, Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, Modo de Fazer o Queijo Artesanal da Região do Serro, Folias de Minas; Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais; Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango e Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha: saberes, ofícios e expressões artísticas e à condição de bem inventariado, o Rio São Francisco.

De acordo com registros da SEEMG, a diversidade que compõe o Patrimônio Cultural em Minas Gerais está presente na cartografia sócio-cultural da área central e de bairros da cidade de Belo Horizonte e municípios mineiros. São espaços que compreendem a comunidade escolar que forma os entornos das escolas públicas estaduais em que estão situadas como referência pública local. Nessas escolas incluem algumas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, modalidade educacional de interesse deste trabalho.

Especialmente na comunidade escolar das Escolas de EJA, o Patrimônio Cultural de Minas Gerais está refletido onde as extensões dos conteúdos explorados no seu ensino-aprendizagem podem alcançar, por intermédio dos passos diários de seus estudantes. Na EJA, a escola pode estar presente não apenas nos bairros de seu entorno, ela existe nas periferias e áreas rurais que ficam depois de locais estratégicos da cidade, chegando a aglomerados, sítios, fazendas, plantações, pastos, por ruas calçadas, estradas de terra, trilhas e matas fechadas. Nesses ambientes encontram-se morando estudantes da EJA onde convivem com a história na construção de igrejas e capelas, casarões e casas de adobe; com documentos de posse de terras, cartas de amor de seus pais, livros, fotografias e certidões e nascimento. De moto, ou a pé vão e entram em grutas, nadam em rios, pescam em lagoas e se relacionam com a força encantada das paisagens de suas infâncias aos dias de hoje. Vendem e compram em mercados, nas feiras de rua e procuram sempre andar na moda que conseguem produzir. Sempre passam por estações de trem e nos locais de suas passagens já conviveram com indígenas, negros, quilombolas e algum estrangeiro que mora há muito tempo. O trabalho assalariado

que têm, ou que tiveram quando eram mais novos de trabalhador rural, empregada doméstica, pedreiro, balconista, motorista, lavradora, carvoeiro, itinerante os deram oportunidade de construir conhecimentos empíricos para o bom uso dos quatro elementos da natureza. Nas festas de rua, nos ritos de fé, no fazer das comidas e em tudo mais que manifesta seu jeito de ser, de fazer e viver existe uma cultura que não morre. Ainda que desapareça pela força das necessidades que os levam a esquecer de suas origens, histórias e domínios de vida, todas essas coisas podem ressurgir, repentinamente em estudantes da EJA. Tudo isto faz parte de um cotidiano que ao longo das horas é vivido quase que imperceptivelmente em suas histórias de vida, a escola os incentivam a dimensioná-los em conteúdos que trazem sentido ao ensino-aprendizagem. Ao sintetizar o universo do Patrimônio Cultural de Minas Gerais para ser refletido nas escolas encontra-se, na condição de sua maior representação simbólica, a comunidade escolar da EJA: um ambiente inspirador para conhecer e desenvolver as Artes Visuais com leituras das diversas imagens construídas em suas casas, trabalho e vida social encontram oportunidade para ser dimensionadas na escola.

1.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTES VISUAIS POR MEIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A pesquisa apurou que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais oferta a educação básica num sistema estadual de ensino que envolve uma média de 3.600 escolas sediadas em todos os municípios do Estado que se encontram sob a circunscrição de 47 Superintendências Regionais de Ensino. Neste universo escolar, existem 1.627 escolas regulares, incluindo escolas indígenas e da educação do campo, 120 escolas prisionais e, na forma semipresencial, 102 centros estaduais de educação continuada que desenvolvem a Educação de Jovens e Adultos, popularmente conhecida por sua sigla EJA. (MINAS GERAIS, 2019). Por meio da Resolução nº 444 instituída pelo Ministério da Educação - MEC e do Parecer nº 584 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEEMG, ambos de 24/01/2001, reconhece-se e regulamenta-se a EJA enquanto modalidade de ensino diferenciada para o público que se encontra fora da faixa etária regular de escolaridade. Essas instituições podem autorizar e credenciar o seu

funcionamento regular nas formas presencial, em regime de estudos que alternam etapas presenciais e não presenciais, ou no ensino a distância em instituições escolares que estejam sob a orientação e o acompanhamento do governo do Estado de Minas Gerais. (BRASIL; MEC; CEE; 2001).

É instituído pelas Diretrizes Nacionais da EJA que o ensino-aprendizagem desta modalidade educacional deve ser voltado para atender as necessidades de estudantes em seus interesses socioculturais. O ambiente escolar deve proporcionar diálogos que incentivem práticas criativas respeitando a originalidade. Fatores como dificuldades e expectativas são levados em consideração para desenvolver uma prática pedagógica pautada em diagnósticos sistematizados para basear provas e avaliar competências e habilidades esperadas para a etapa de ensino a qual se encontram os estudantes, que obterão aprovação com 50% de créditos. (BRASIL, 2001). Embora exista monitoramento e acompanhamento sistemático do funcionamento e organização da EJA na rede estadual de ensino, por parte do MEC e da SEEMG, não existem dados consolidados com informações disponíveis sobre os níveis de abrangência dessas condições. Torna-se oportuno para conhecimento sobre as possibilidades que são instituídas à EJA, pelo poder público. Esta descrição se faz importante para enaltecer a dimensão existencial da comunidade escolar da EJA onde o Patrimônio Cultural de Minas Gerais encontra-se latente para ser integrado em áreas substanciais do ensino-aprendizagem da Arte, ao exemplo das Artes Visuais.

Concordante com FARIA (2010, p. 25) o espaço educativo precisa ser aquele que “possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüente”. Neste sentido, a comunidade escolar se perfaz em todo o seu entorno geográfico onde a existência de suas pessoas desenvolve, dia a dia, os seus sistemas de vida político, social e econômico influenciados pelos processos educacionais refletidos além dos muros das construções físicas das escolas. Qualquer natureza de ambiente encontrado no entorno escolar torna-se educativo, em potencial, conforme a aquisição de valores positivos de seu caráter construído pelas formas apropriação sócio-cultural e educacional oportunizada a esses espaços. Não se espera, portanto, que seja formado apenas pelas pessoas que estão dentro de suas construções com seus estudantes e educadores nas salas de aulas, e com seus gestores, funcionários em atividades administrativas.

Assim, a comunidade escolar de todas as modalidades de ensino possibilita o exercício de pensamentos para a fluência de atitudes críticas que podem dinamizar processos de transformação de suas realidades. Especialmente na EJA, sua comunidade escolar de estudantes e professores possui uma característica preponderante: pauta-se na busca pela apropriação e fruição do conhecimento baseado nas experiências de vida adquiridas ao longo do tempo, buscando fazer da escola uma extensão dos ambientes de suas vivências quotidianas.

As identidades culturais dos estudantes da EJA são formadas pela diversidade de pessoas que não tiveram acesso ou evadiram-se da escola. Entre os motivos encontra-se a necessidade de trabalhar, criar a família em detrimento de um tempo perdido na escola e o desinteresse pelas formas tradicionais de ensino descontextualizadas da realidade de seus estudantes. A falta de estrutura física, de recursos pedagógicos, tecnológicos e materiais operacionais contribui para que estudantes ainda jovens, os que estão na fase adulta e, principalmente os idosos, não se identifiquem enquanto cidadãos em suas próprias escolas. Sentem-se notadamente desassistidos pelos sistemas de ensino, ao terem conhecimento sobre a condição das escolas de outras modalidades de ensino, mais bem estruturadas dentro da perspectiva requerida pela pós-modernidade na educação mundial onde eles merecem fazer parte. Uma vez que estas estruturas venham a ser implantadas, será necessário haver programas de formação continuada e de especialização para professores (as), supervisores (as) e gestores (as) sobre as especificidades da EJA, fator este que compõe o repertório de reivindicações dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino. Conforme disposto pelo MEC e Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais - CEEMG, a idade mínima para estudantes de se matricularem na EJA é de 14 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Segundo os últimos dados divulgados pela SEE-MG registram 45.837 estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental e 118.857 no Ensino Médio. (BRASIL, 2001)

A identidade cultural encontrada na comunidade escolar da EJA procura identificar-se com o que sintetiza as reflexões de FARIA; SOUZA (2011; p. 37-38) sobre o pensamento de Stuart Hall (2006) que conceitua a identidade cultural como um resultado da integração da pessoa com o todo envolvido em seus sistemas sociais que formam os "aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo,

nacionais”. Entretanto, a condição de estar fora dos padrões da escolaridade considerada normal requer aos estudantes da EJA o encorajamento para vencer preconceitos e reconstruir sua confiança na escola enquanto instituição pública para sua formação pedagógica, sócio-cultural e humana, pois estudantes da EJA buscam na escola suas auto-realizações nessas três perspectivas. Entre as poucas soluções trazidas pelo poder público para solucionar essas grandes dificuldades, resumem-se em adaptações dos componentes curriculares para atender condições cognitivas. Mas vale ressaltar que esta estratégia faz as práticas pedagógicas adotadas no ensino-aprendizagem da EJA pretenderem estar no mesmo nível de qualidade das demais modalidades de ensino da educação básica. Contudo, não proporciona uma total inclusão de estudantes da EJA na igualdade de direitos das demais identidades escolares. (BRASIL, 2001)

Mas, como nos escreveu FREIRE (1967), “Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender”. A comunidade escolar da EJA proporciona ao estudante sair de sua condição individual excluída para ser parte integrante de uma coletividade que o insere no direito de viver em sociedade. Este é o maior incentivo que encontra para querer sair da “transitividade de sua consciência, que o permite auto-objetivar-se e, a partir daí, reconhecer órbitas existenciais diferentes, distinguir um “eu” de um “não eu”. Ao reconhecerem que fazem parte da cultura que fundamenta seus conteúdos educacionais estudantes da EJA são despertados para a consciência de uma condição finita que possuem: a da exclusão educacional que o segregam, de onde surge o impulso da transcendência pelo discernimento sobre o que foram no passado em relação ao que buscam no futuro, por aquilo que constroem no presente.

A pesquisa apresenta um exemplo de correlação que pode ser estabelecida entre o Patrimônio Cultural inserido no ensino-aprendizagem de Artes Visuais, contribuindo para o desenvolvimento pedagógico, sociocultural e humano das pessoas que estudam na EJA, em nossa atualidade.

“Eja Cultural: experiências de vida, referências para o aprendizado”, foi uma ação idealizada e desenvolvida pelo pesquisador durante sua coordenação de projetos pedagógicos na Diretoria de Educação de Jovens e Adultos - DEJA pertencente a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Foi elaborado a partir do segundo semestre de 2012 e implementado nos anos subsequentes de 2013 e 2014.

Foi realizada no âmbito do sistema estadual de ensino que oferta a EJA na forma presencial, em escola regular, e na forma semipresencial, em centros estaduais de educação continuada, ambos localizados em cidades pólos culturais de Belo Horizonte, região metropolitana e regiões do Estado.

Conforme demonstram seus registros na DEJA, da SEEMG, esta ação teve por objetivo central utilizar as experiências de vida de estudantes da EJA como temas para serem contextualizados nos componentes curriculares contribuindo com o ensino-aprendizagem interdisciplinar.

Para os estudantes da EJA, incentivou o interesse sobre o Patrimônio Cultural de Minas Gerais em sua comunidade escolar; incentivou interesse por componentes curriculares de suas dificuldades contribuindo para o desenvolvimento pedagógico, social e humano em suas escolas tendo como principal valor suas identidades culturais.

Para as professoras de Arte, intercedeu em favor de uma melhor compreensão sobre suas imprescindíveis presenças e atuações redimensionando os efeitos de suas poucas aulas mensais no ensino-aprendizagem fortalecendo a interdisciplinaridade da Arte nos demais componentes curriculares e áreas de conhecimento.

Para a gestão escolar, supervisão pedagógica e funcionários possibilitou o exercício prático de um projeto cultural no sistema educacional da EJA, tendo a Arte não apenas como uma atividade recreativa ou decorativa, mas como eixo central de processos educacionais que vieram a contribuir com a reorganização administrativa e física de suas escolas.

Para a comunidade escolar, possibilitou aproximações e intercâmbios de experiências de suas culturas com o reconhecimento de sua importância nas escolas de EJA.

Para as Superintendências Regionais de Ensino – SRE e setores pedagógicos da SEE-MG enriqueceu o conhecimento sobre as especificidades da modalidade de ensino EJA e realidade pedagógica, sócio-cultural e humana de seus estudantes.

Para as Artes Visuais, fortaleceu a prática de suas linguagens artísticas nas escolas de EJA incentivando a criação de metodologias de ensino-aprendizagem criativas e inovadoras em relação às formas de abordagem e aplicação de temas

relacionados às experiências de vida de estudantes para criar, produzir e difundir suas culturas.

De acordo com relatórios da DEJA - SEEMG, esta ação foi desenvolvida em 235 escolas localizadas nas sedes e municípios circunvizinhos no âmbito das 47 Superintendências Regionais de Ensino - S R E, e foi realizada em quatro etapas totalizando três meses consecutivos de atividades, dentro de um determinado semestre pré-escolhido pelos estudantes.

A DEJA - SEEMG expediu ofício circular para os gabinetes das S R E e escolas de EJA propondo o projeto na forma de um convite para adesão espontânea de suas ações nas escolas EJA, em consonância com o interesse de participação de seus estudantes. Este ofício estabeleceu orientações e regulamento para o desenvolvimento da ação.

Por intermédio da DEJA - SEEMG, o pesquisador realizou reuniões presenciais com a Diretoria Pedagógica das S R E, e estabeleceu orientação e acompanhamento junto às diretoras, especialistas e professoras de Arte das escolas de EJA que manifestaram o interesse na participação.

1.2.1 Etapa de implantação e preparação

Em cada escola de EJA, a gestão escolar, em conjunto com a supervisora pedagógica, a professora de Arte e de Biblioteca, formou dois grupos de turmas de estudantes, um da EJA do Ensino Fundamental e outro da EJA do - Ensino Médio da escola para escolha do período, planejamento e preparação das atividades. Durante um mês, este mesmo grupo reuniu-se com demais professoras para um levantamento sobre temas de seus componentes curriculares de maior dificuldade entre os estudantes da EJA. A professora de Artes apresentou para a escolha do grupo de estudantes quatro áreas a escolha para desenvolver a produção artística: artes visuais, artes cênicas, artes literárias e artes folclóricas e a definição de um título para representar as atividades do grupo de estudantes.

1.2.2 Etapa de desenvolvimento

Orientados pela professora de Arte e com o apoio da professora de Biblioteca, os estudantes desenvolveram, em dois meses, pesquisas sobre os fundamentos de

suas ancestralidades, tradições, costumes, meios e modos de vida dentro da historicidade de suas localidades. Partindo dessas experiências, desenvolveram uma escrita sobre suas histórias de vida e as relações com seus contextos sócio-culturais. Estes escritos serviram de base para uma criação e produção artística que foi desenvolvida. Foram utilizados materiais diversificados oriundos de seus locais de moradia, ambientes de vivência social, profissional e materiais básicos para as técnicas de produção, fornecidos pelas escolas. Para Artes Visuais: tintas, pincéis, suportes e instrumentos complementares para desenho, pintura, modelagem, escultura, tecelagem, impressão de fotografias produzidas com máquinas digitais e edição de vídeos produzidos com câmeras de filmagem amadoras. Para Artes Cênicas e Folclóricas: materiais para a produção de cenografia, figurino, adereços, tecelagem, artesanato e culinária, sendo esta produzida na cantina das escolas. Para Artes Literárias: papel e computador das escolas.

Na análise atual dos portfólios, deduz-se que em razão dos 65% das produções artísticas terem sido em desenho, pintura, modelagem, escultura, fotografia e vídeo. E considerando que 20% de produções de artes folclóricas, 10% de artes cênicas e 5% de artes literárias terem sido desenvolvidas com desenho, pintura e fotografia, houve grande interesse por parte dos estudantes em produzir Artes Visuais nas escolas de EJA da SEE-MG, por intermédio desta ação.

Em cada grupo de estudantes as produções artísticas foram desenvolvidas individualmente, apresentadas entre si e finalizadas coletivamente. As produções foram introduzidas e desenvolvidas nas aulas de Arte e nas aulas dos demais componentes curriculares sob a orientação da supervisora pedagógica.

1.2.3 Etapa de conclusão

Mediados pela professora de Artes, com o apoio da professora de Biblioteca, os estudantes definiram a data para lançar, em exposição, uma mostra das produções artísticas aberta a demais estudantes e comunidade escolar. Em um mês, eles prepararam o espaço para um evento de pequeno porte incluindo na programação a apresentação de relatos de estudantes sobre a experiência. Todas as mostras foram divulgadas nos ambientes da comunidade escolar recebendo significativa presença de familiares, amigos e pessoas. Algumas dessas mostras

foram realizadas em centros culturais com o apoio da imprensa de suas cidades. Em continuidade às duas semanas de exposição aberta ao público nas escolas, a mostra foi transportada para suas SRE onde ficou aberta ao público em geral e oportunizando gestores e docentes de escolas de outras modalidades de ensino locais e de outras cidades com permanente frequência a conhecerem os efeitos da ação e apoiarem a EJA no sistema estadual de ensino. Após as duas exposições, a professora de Arte e demais componentes curriculares desenvolveram com estudantes da EJA uma avaliação sobre o percurso e produziram um relatório com registro. A gestão da escola encaminhou este relatório para a Diretoria Educacional da S R E que após refleti-lo junto à sua equipe pedagógica, montou um portfólio com relatórios e registros da ação nas escolas de sua circunscrição e o enviou para a DEJA, da SEEMG, para conhecimento e acervo.

Relatos das SRE e escolas demonstram que esta foi a primeira ação realizada pela SEE-MG que incentivou o interesse participativo de estudantes e professores (as) da EJA para o aprendizado por meio de suas próprias culturas. As escolas de EJA não possuem uma estrutura de recursos financeiros e logísticos equivalentes às suas reais necessidades. Não há livros didáticos próprias para a EJA, onde professoras (es) tentam adaptar metodologias do ensino normal idade/série para a EJA sem grandes resultados, além do acervo literário e pedagógico restrito em suas bibliotecas. Funcionam no turno noturno das escolas, cuja atenção está focada na oferta da modalidade regular que oferecem durante o dia e, mesmo assim, se articularam em favor de seu melhor aproveitamento. Hodiernamente, com mudanças de gestão governamental, equipes gestoras que ingressam no início dos mandados posteriores já trazem suas ideias pré-estabelecidas, e não houve oportunidade para demonstrar o acontecimento da ação “Eja Cultural” para sua continuidade.

1.3 ENSINO E APRENDIZAGEM DE ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

O ensino da Arte, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais passou a ser sistematizado, em formas consistentes no processo ensino-aprendizagem, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs

contemplando cada um dos componentes curriculares do Ensino Fundamental e, posteriormente para o Ensino Médio, instituído pelo Ministério da Educação, no ano de 2000. (MINAS GERAIS, 2019)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, e sua parte especificamente voltada para o ensino de Arte, que inclui as Artes Visuais, foram constituídos a partir de estudos e discussões entre o poder público e arte-educadores sobre a natureza e a abrangência da educação artística e suas práticas educativas na escola brasileira. (BRASIL, 2000)

A arte na escola pública já era considerada matéria, disciplina, atividade, mas sempre mantida à margem das áreas curriculares consideradas as mais “nobres” no processo da educação. Esta situação veio a ser modificada com a fundamentação dos PCNs, que expõe princípios e orientações sobre o ensino-aprendizagem pela compreensão a Arte como produto das manifestações humanas que pode ser desenvolvida sistematicamente nas escolas. Motivado pela série de debates e manifestações promovidas entre arte-educadores nos espaços socioeducacionais brasileiro, o Ministério da Educação, com a Lei nº 9.394/96, institui que “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” revogando as disposições anteriores. Significou o reconhecimento da Secretaria de Estado de Educação sobre a importância da Arte no desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, incluindo-a como componente curricular obrigatório da Educação Básica. (MINAS GERAIS, 2019)

A partir de 2006, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais desenvolve, com a coordenação dos Professores Lúcia Gouvêa Pimentel, Evandro José Lemos da Cunha, José Adolfo Moura, diálogos com especialistas e professores de escolas públicas estaduais a produção da Proposta Curricular do Ensino da Arte na Educação Básica. Este documento teve suas bases nos Parâmetros Curriculares Nacionais, instituído pelo MEC, em 2001. Serviu para fundamentar, posteriormente, a elaboração dos Conteúdos Básicos Comuns – CBCs. Em sua coleção, consta um volume específico para cada componente curricular, que trazem orientações para o ensino-aprendizagem tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, onde consta o CBC de Arte que ainda é adotado na rede estadual de ensino até a completa implementação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC,

homologada pelo MEC, em 2018. (MINAS GERAIS, 2006, 2008; BRASIL, 2001, 2018)

Embora os CBCs sejam orientações matriciais para serem recebidas por professores (as) em suas escolas, que por sua vez irão adaptá-las para suas realidades educacionais, são parcialmente adotados pela EJA por falta de alusões diretas à Educação de Jovens e Adultos. Embora não haja registros oficiais na SEEMG, pelas visitas do pesquisador às escolas de EJA para desenvolver a ação base de estudos deste trabalho foi observado que as escolas de EJA da SEEMG adotam, em maior parte, a Proposta Curricular de 2006 primeiramente conhecida e apreendida em seu espaço escolar e, em menor parte, adotam o CBC implementado em 2008, para a orientação do ensino-aprendizagem de Arte. (MINAS GERAIS, 2019)

Com a instituição da BNCC, que também não faz deferências à EJA, tende a ser revogada, paulatinamente, a prática do uso dos CBCs nas escolas públicas estaduais. Pequena parte de professores das escolas de idade/série de tempos convencionais, que migram para as escolas de EJA, utilizam o CBC de Arte. Todavia, em muitas escolas de EJA da SEEMG, a referência da Proposta de 2006 não é considerada ultrapassada. Por este motivo, foram os fundamentos da referida Proposta Curricular e do CBC de Arte, a base de consulta utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. (MINAS GERAIS, 2019)

De acordo com a Resolução SEE Nº 2.843, de 13/01/2016 que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos presenciais da EJA na rede pública estadual de Minas Gerais, podem ser matriculados no Ensino Fundamental estudantes com idade mínima e 15 anos e de 18 anos no Ensino Médio. A EJA possui uma carga horária de 1.600 horas distribuídas em quatro semestres, em dois anos letivos para o Ensino Fundamental e 1.200 horas, em três semestres compreendendo um ano e meio. Arte é um componente curricular que está integrado à área de conhecimento “Linguagens”, em conjunto com os componentes Língua Portuguesa e Educação Física. Na EJA, a matriz curricular do ensino-aprendizagem de Arte, nos anos iniciais, possui duas aulas semanais de 30 minutos. Nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio sua carga horária se reduz para uma aula semanal de 15 minutos. Entretanto, sua carga horária pode ser complementada em atividades de componentes curriculares que são introduzidos no currículo, além das áreas de conhecimento tradicionais, como por exemplo, em “Diversidade,

Inclusão e Mundo do Trabalho” e “Conteúdos Interdisciplinares Aplicados”. Nestes componentes são desenvolvidos, de forma interdisciplinar, conteúdos sobre educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira. (MINAS GERAIS, 2016).

Conforme a Proposta Curricular de 2006, as diretrizes norteadoras para o ensino da Arte estabelecem que o ensino-aprendizagem deve desenvolver estratégias que venham permitir, em sentidos generalizados, “o contato com as expressões artísticas através da apreciação, do fazer e da contextualização” CUNHA; MOURA; PIMENTEL (2008). Para que esses propósitos possam ser colocados em prática, espera-se que as escolas sejam providas de infraestruturas técnicas, artísticas, de salas ambientes e professores capacitados. As escolas de EJA não dispõem de tais condições, em sua completude, mas demonstram-se empenhadas na implementação dessas estratégias, por ser a Arte uma das grandes motivações para seus estudantes se reconhecerem pertencentes a uma escola que os conduzem dentro de uma educação crítica, reflexiva, criativa, dinâmica e atual.

Na mesma proposta, conforme orientam CUNHA; MOURA; PIMENTEL (2008) os objetivos do ensino-aprendizagem incluem o reconhecimento da Arte em seus contextos culturais à condição de uma área do currículo que possui sua própria autenticidade e autonomia. Em relação à arte, é importante evidenciar: seu conhecimento e respeito às observações sobre “as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos culturais”. E também, sua apreciação das diversas formas e enquanto elemento estrutural da sociedade; compreensão na historicidade, fundamento da memória cultural e cidadania; vivências significativas individuais e coletivas; desenvolvimento da autoconfiança, diversos procedimentos e múltiplas funções e suas possibilidades profissionais. Considera-se que para o ensino-aprendizagem de Arte possibilitar resultados significativos deve ser explorado, de forma integrada, os aspectos factual, conceitual, comportamental e atitudinal em seus processos educacionais servindo-se de base para a avaliação do ensino-aprendizagem. Estes objetivos estão redimensionados com a renovação desta proposta em 2008. (MINAS GERAIS, 2019)

De acordo com CUNHA; MOURA; PIMENTEL (2008, p. 23-24, 59-62), no CBC de Arte, a proposta curricular de ensino-aprendizagem das Artes Visuais é organizada em dois eixos temáticos segmentados em assuntos específicos para sua abordagem. Para o Ensino Fundamental, o Eixo “Conhecimento e Expressão em Artes Visuais” e seus temas: Percepção Visual e Sensibilidade Estética; Movimentos Artísticos em Artes Visuais em Diferentes Épocas e Diferentes Culturas e Expressão em Artes Visuais. Para o Ensino Médio: “Conhecimento e Expressão em Artes Audiovisuais” e seus temas: Percepção Audiovisual e Sensibilidade Estética: Apreciação e Análise de Imagens e Sons em Produtos Audiovisuais; Movimentos Artísticos em Artes Audiovisuais em Diferentes Épocas e Diferentes Culturas: Relações entre as Artes Audiovisuais, seu Contexto na História da Humanidade e a Arte Contemporânea e Elementos Formais da Obra de Artes Audiovisuais. No Eixo “Conhecimento e Expressão em Artes Visuais”, os temas Percepção Visual e Sensibilidade Estética: Apreciação e Análise de Imagens e Objetos Artísticos; Movimentos Artísticos em Artes Visuais em Diferentes Épocas e Diferentes Culturas: Relações entre as Artes Visuais, seu Contexto na História da Humanidade e a Arte Contemporânea; Expressão e Elementos Formais da Obra de Artes Visuais.

CAPÍTULO 2

2 POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MECANISMOS ADOTADOS ENTRE GOVERNO FEDERAL E ESTADO DE MINAS GERAIS REPERCUTINDO NA EJA

2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MARCOS ORIENTADORES NACIONAIS E SEUS EFEITOS NAS ESCOLAS DE EJA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

Os estudos desenvolvidos com a pesquisa possibilitaram chegar à compreensão sobre os conceitos evoluídos em que a preservação e a salvaguarda da cultura vem sendo afirmada. Contudo, torna-se importante iniciar o relato deste tópico refletindo sobre o sentido etimológico da palavra patrimônio. Sua origem está na união dos vocábulos gregos *pater*, que significa pai; e *nomos*, lei. Em concordância com RANGEL (2002), a ligação pai e lei, no contexto cultural da palavra patrimônio, produz a relação instituída entre o chefe de um grupo social e o estabelecimento das normas com que bens, usos e costumes originados de suas famílias e também de suas cidades, ao longo da história, serão herdados e cuidados pelas pessoas envolvidas neste contexto.

Assim, o sentido da palavra patrimônio deixa de ser apenas algo que se tornou propriedade e assume a função de ser objeto de proteção. Em razão de a sociedade ser a proprietária da cultura, sua preservação e salvaguarda passam a ser uma responsabilidade compartilhada entre o pai e as pessoas que fazem parte desta grande família.

Entretanto, não convém limitar apenas a proteção ao Patrimônio Cultural, é necessário difundir a existência de seus conteúdos protegidos. Referenciando novamente RANGEL (2002), esta difusão está em mensagens que vêm sendo propaladas, desde a Antiguidade, desde quando os romanos já entendiam através

do termo *patrimoniun*, do latim, que os bens familiares, embora sob a jurisdição do pai, precisariam ser transmitidos através das gerações para serem perpetuados.

Em 1931, aconteceu na Grécia um encontro entre representantes de países europeus para discutir a adoção de medidas apropriadas para assegurar a preservação dos edifícios históricos que estavam em crescente deteriorização. A Carta de Atenas, documento formalizado neste evento, veio a incentivar o mundo a adotar ações voltadas para seus memoriais. No Brasil, o ministro da Educação Gustavo Capanema convidou o poeta Mário de Andrade, que era então o diretor do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo reunir-se com artistas e intelectuais da época para a formalização de um documento para nortear a criação de uma instituição brasileira voltada para a preservação da história. Neste intento, surgindo a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN que passou a funcionar na qualidade de um setor daquele Ministério.

Após a criação do SPHAN internalizou-se por longos anos, até a década de 1980, no consciente coletivo das instituições governamentais e da sociedade, a concepção de que os bens culturais que deveriam ser oficialmente valorizados fossem aqueles que pertencessem à memória nacional materializada nas representações da história do país. (IPHAN, 2019)

Para organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi, então, criado o Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 determinando que:

Consiste o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (SPHAN, 1937)

Dentro deste mesmo pensamento foi instituída a Lei nº 3.924, de 26/07/1961, dispondo que os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles encontram ficam sob a guarda e proteção do poder público. Nesta condição fica proibido o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação desses bens, assim descritos:

Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:
a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e qualquer outras não especificadas; b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas,

lapas, e abrigos sob rocha; c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” ou “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleontológico; d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade dos paleoameríndios. (SPHAN, 1961)

Com o advento da Constituição Federal, de 1988, a cultura que era vangloriada apenas nas representações notáveis da materialidade dentro da história do país passou a ser também consagrada no contexto das manifestações identitárias de sua população. Em razão de uma nova forma pensar, agir e de posicionar que passou a ser emancipada nas pessoas, enquanto participantes da cultura foi explicitada no seu artigo 215, a garantia do pleno exercício dos direitos culturais, do acesso às fontes da cultura nacional, do apoio e incentivo à valorização e difusão da expressão cultural em sua diversidade. (BRASIL, 1988)

Foram proporcionadas novas conquistas para a sociedade brasileira com o surgimento da Lei nº 8.313, de 23/12/1991 – Lei Rouanet estabelecendo três formas de mecanismos de fomento à cultura: Fundo Nacional da Cultura – FNC; Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART e Incentivo a Projetos. Derivou-se, então na Lei nº 12.343, de 02/12/2010 que instituiu o Programa Nacional de Cultura – PRONAC possibilitando a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e sistemas de apoio e incentivo à produção cultural sob os seguintes objetivos:

I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; V - universalizar o acesso à arte e à cultura; VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental; IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores; XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado; XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais; XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura; XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais; XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo

contemporâneo; XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural. (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018)

Resultante a elevação das formas de reconhecimento, valorização e incentivo à cultura alcançada com as citadas leis, com o Artigo 216 da Carta Magna, foram ampliadas as visões reformulando novos conceitos sobre o Patrimônio Cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A partir de então, o Patrimônio Cultural passa a ser um organismo vivo e dinâmico. Embora sua definição esteja em poucos escritos eles trazem em seus desígnios diversas possibilidades de serem interpretados dentro das diversas formas em que a cultura seja vivenciada. Esta explicação vem de FONSECA, (1997), esclarecendo que os incisos de I a V, deste Artigo 216, da CF, exemplificam as diversas possibilidades de reconhecermos o Patrimônio Cultural em todas as formas em que sejam expressões na qualidade de bens portadores de referências culturais.

A necessidade de não somente gerar um novo conceito para o Patrimônio Cultural, mas também de prover a sua aplicação real veio a ser convalidado com o Decreto nº 3.551, de 04/08/2000. Com este decreto organizou-se a identificação e o reconhecimento de bens culturais imateriais para efeitos de seu registro e salvaguarda, assim contextualizado:

Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento criado por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, no âmbito da política federal de patrimônio cultural do Brasil, com a finalidade de contribuir, de forma adequada, para a salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que sejam considerados “de relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (FONSECA, 2015, p.1)

Decorrente desta legislação foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Gerencia projetos relacionados à dimensão imaterial da cultura com respeito e proteção aos direitos difusos e coletivos em parcerias com governos,

agências de desenvolvimento, universidades, ONGs e organizações privadas.

Além disso:

Elabora indicadores para acompanhamento e avaliação da cultura imaterial. Promove capacitação de agentes de identificação, de reconhecimento e de apoio à salvaguarda. Viabiliza a organização comunitária, inclusão social, melhoria de vida de produtores e detentores. Incentiva a participação de grupos que produzem, transmitem e atualizam a cultura imaterial e a sustentabilidade. Financia, apóia e estimula projetos de pesquisa, documentação e informação com a sistematização de bancos de dados, produção e conservação de acervos. (BRASIL; IPHAN, 2000; PNPI, 2018)

Para a prevalência dos significados e importâncias dos direitos étnicos, culturais, sociais e econômicos de grupos essencialmente de pessoas, das quais toda a miscigenação que forma o povo brasileiro encontra a origem de suas identidades culturais, realizou-se a Convenção nº 169, para ação da Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Declaração das Nações Unidas, em favor da preservação e salvaguarda dos direitos dos povos indígenas e tribais, no mundo, evidenciando o Brasil, pela existência aproximada de 240 povos indígenas no território brasileiro. (UNESCO, 2007)

Por meio desta Convenção, realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU foi aprovada a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, formalizada na 107ª Sessão Plenária acontecida em 13/09/2007. Reflete e repercute, em seus quarenta e seis artigos, a latência existente nas diversas modalidades em que os indígenas vêm sendo acometidos, não somente em subtrações isoladas, mas a uma quase extinção de seus meios naturais de subsistência. Afirma, não apenas a igualdade de direitos devida aos povos indígenas, mas seus valores enquanto Patrimônio da Humanidade. Portanto, toda prática ideológica, política, científica seja intencional, verbal ou materializada de discriminação a qualquer povo indígena são considerados atos ilegítimos, opressores e condenáveis. (UNESCO, 2007)

A Organização das Nações Unidas, através de seus estados-membros signatários, a exemplo do Brasil, ao reconhecer esses direitos faz prevalecer importâncias e significados na elaboração, discussão, formalização, planejamento, implementação, avaliação e monitoramento constante das questões indigenistas. Deverão estar protegidas e integradas às políticas públicas de Estado, respeitando principalmente suas especificidades étnicas e particularidades sociais, de forma harmônica e cooperada entre os povos indígenas e todos os segmentos da

sociedade, nas esferas federal, estadual, regional, municipal e territorial. (UNESCO, 2007)

Também são reconhecidas as culturas das comunidades tradicionais brasileiras que inclui os povos indígenas. Com a instituição da Lei nº 13.123, de 20/05/2015 foi criada uma comissão nacional para propor e implementar uma política de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Entre os valores culturais que lhes são próprios, por natureza e dignidade, encontra-se o conhecimento tradicional descoberto pelos antepassados e transmitidos de geração em geração às pessoas de seus meios de subsistência em grupo formando famílias, que se transformaram em comunidades possuidoras de culturas próprias e detentoras de conhecimentos. Descobriram, ao longo do tempo, uma série de conhecimentos na medida em que buscavam encontrar, no dia a dia, meios de sobrevivência em formas próprias de plantar e colher, criar animais, morar, alimentar e viver suas crenças encontrando nas campinas, florestas, rios, lagoas. Seus saberes sobre origem, propriedades e potenciais naturais nas funções de muitos elementos que fazem parte de seus acervos ambientais que os levam a saberem como tecer uma rede, ou fazer uma benzeção que dá resultados e cujos valores são chamados de conhecimentos tradicionais. Fundamentam novas possibilidades encontrada na cultura: o patrimônio genético, onde são exploradas neste saber qual a melhor fibra de planta para fazer uma determinada rede e qual propriedade de uma determinada erva que pode motivar pesquisas para cura de doenças. Essas comunidades são representadas por grupos de pessoas que assumem nomes próprios aos lugares onde vivem. Assim sendo, existem os açorianos, seringueiros, castanheiros, faxinalenses, marisqueiros, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, ciganos, jangadeiros, campeiros, varzenteiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros, quebradeiras de coco-de-babaçu fundos de pasto, pescadores artesanais, retireiros do Araguaia, entre outras comunidades. (BRASIL, 2015; MINC, 2019)

Em sequência, o Decreto nº 7.387, de 9/12/2010 institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Estima-se cerca de 250 línguas faladas no Brasil, além do português e suas variedades. Entre seus objetivos estão identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas

portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Está segmentado pelas línguas indígenas, afro-brasileiras, crioulas, de imigração e de sinais. Fazem parte de suas finalidades: mapear a diversidade linguística brasileira; diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade lingüística brasileira; reconhecer a importância das línguas e dos elementos de transmissão da cultura; fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil; estimular a mobilização das comunidades enquanto gestoras do seu próprio patrimônio; contribuir para a garantia dos direitos lingüísticos. (BRASIL; MINC, 2010; IPHAN, 2019)

As línguas inventariadas, por sua relevância cultural, recebem o título Referência Cultural Brasileira expedido pelo Ministério da Cultura. São sete línguas já reconhecidas sendo seis indígenas: Asurini, pertencente ao tronco Tupi da família lingüística Tupi-guarani; Guarani M'bya, uma das três variedades modernas da língua guarani da família Tupi-guarani do tronco lingüístico Tupi; Nahukuá; Matipu; Kuikuro; Kalapalo, da família Karib e Talinan, originária da região do Vêneto, Itália, trazida por imigrantes em meados do século XIX. (BRASIL; MINC, 2019)

A preservação do Patrimônio Cultural de natureza material ainda é regulada pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937. Para adequar-se aos redimensionamentos sofridos pelo desenvolvimento da sociedade brasileira no tocante a ampliação de seu entendimento e aplicabilidade aos tempos atuais, foi criada a Lei nº 11.483, de 31/05/2007 que estabelece em seu artigo 9º a transferência de responsabilidade para o IPHAN dos bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA. Surgiu, em sequência, a Portaria nº 407, de 21/12/2010 que dispõe sobre a valoração do patrimônio cultural da memória ferroviária brasileira e estabelece parâmetros para a valoração dos bens e os procedimentos para estarem inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. São passíveis de constar nesta lista os bens:

[...] que apresentarem correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do país, de seus estados e regiões, bem como seus agentes sociais marcantes; portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a

partir de meados do século XIX até a década de 1970; cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico. (BRASIL; IPHAN, 2010)

Consoante à significativa produção artística, explanação turística e preservação ambiental os aspectos naturais encontrados no contexto de espaços físicos passaram a expressar valores culturais em seus ambientes públicos. Passaram a ser incorporados ao conceito de Patrimônio Natural, mas permanecendo parte do patrimônio de natureza material. Com a Portaria nº 127, de 30/04/2009, foi criada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esta chancela é um ato que declara a validade da relevância da paisagem e os ambientes nele contido, enquanto bem cultural oficialmente expedido pelo IPHAN em conjunto com os poderes públicos estaduais e municipais que sediam a paisagem em sua abrangência geográfica local, sendo assim definida:

[...] uma porção peculiar do território nacional representativa do processo de interação do homem com o meio natural à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Considera o caráter dinâmico da ação humana e da cultura sobre as porções do território a que se aplica. Promove convivência com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Implica um pacto entre poder público, sociedade e iniciativa privada visando à gestão compartilhada do território nacional assim reconhecida. (IPHAN, 2009)

A preservação do Patrimônio Cultural passou a encontrar motivos para coexistir através de sua interatividade com a educação social. A Portaria nº 137, de 28/05/2016, veio instituir a Educação Patrimonial, objetivando:

I – Ampliar as possibilidades de diálogo entre o IPHAN e a sociedade por meio da Educação Patrimonial; II – Ampliar a capilaridade das ações do IPHAN e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa e valorização do patrimônio cultural; III – estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; IV – Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas; V – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; VI – Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, as associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais. (IPHAN, 2016)

Os níveis de ampliação que o conceito de Patrimônio Cultural vem adquirindo no repertório legislativo instituído pelo IPHAN equiparam-se com os índices de evolução da participação da sociedade na cultura brasileira. O IPHAN institui a legislação em diálogo com as secretarias de cultura e institutos estaduais para que seja possível ser adotada e adaptada em formas compatíveis com as realidades culturais em toda a Federação.

O Estado de Minas Gerais adota este arcabouço legislativo, por intermédio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHANG, para orientar a gestão do Patrimônio Cultural no Estado. A SEEMG implementa, de forma indireta, as bases desses fundamentos contidos nas disposições, objetivos e diretrizes dos documentos orientadores da educação básica. Refletem, conseqüentemente, na EJA porque as histórias de vida de seus estudantes formam a cultura de sua comunidade escolar contribuindo para a prevalência do sentido ampliado de Patrimônio Cultural e, em suas escolas é compreendido e vivenciado por uma natureza educacional propriamente realizada na Educação de Jovens e Adultos.

2.2 POSSIBILIDADES DE ABSORÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PROJETO PEDAGÓGICO DA EJA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC

Conforme disposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e sustentado pelos Planos Nacional e Estadual de Educação é instituído o Projeto Pedagógico - PP na Educação Básica da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Entre suas principais finalidades está a de promover a autonomia da escola para o desenvolvimento de sua identidade educadora. Neste sentido, torna-se um forte referencial que orienta o desenvolvimento pedagógico concretizando processos educacionais transformadores que venham garantir o sucesso dos estudantes nas escolas de forma integrada com os contextos socioculturais da comunidade escolar em que estão inseridos.

Nos modelos vigentes de PP das escolas de idade/série convencional do sistema estadual de ensino, verifica-se pouca incidência de ações voltadas para difundir o Patrimônio Cultural, situação esta que não ocorre nos PP das escolas de

EJA, conforme observado pelo pesquisador no acompanhamento do “Eja Cultural”. As Diretrizes Nacionais dispõem que o Projeto Pedagógico da EJA promova “conhecimento do educando visando ao desenvolvimento de habilidades socialmente significativas e à construção de identidades solidárias, autônomas, competentes, responsáveis e cidadãs” (BRASIL, 2001). Neste sentido, é possível presumir maior conhecimento de gestores e professores (as) da EJA sobre as possibilidades que o Patrimônio Cultural da comunidade escolar venha contribuir para a formação pedagógica, sociocultural e humana voltando-se para o aprimoramento de pensamentos, posturas e atitudes de estudantes em sua comunidade escolar enquanto ambientes que podem trazer novas perspectivas.

Considerando as ações culturais implementadas pelos modelos de Projeto Pedagógico vigentes nas escolas de EJA da rede estadual de ensino de Minas Gerais, observa-se que a Educação Patrimonial possui grande recepção para ser sistematizada em suas escolas, além de ações isoladas e voláteis introduzidas na condição de projetos externos e visitantes nas escolas.

Com a formalização do Currículo Referência Minas Gerais - CRMG, construído dentro dos fundamentos da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, pela SEEMG, o Projeto Pedagógico das escolas estaduais, incluindo as de EJA, passará a evidenciar a formação humana já iniciada na etapa do Ensino Fundamental. Vem a ser a base legal que será considerada para investigar as possibilidades das ações de Educação Patrimonial desenvolver, por meio da diversidade cultural da escola e de seus entornos, processos educativos transformadores na vida de seus estudantes.

A BNCC traz em sua proposta a construção de dez competências gerais no ensino-aprendizagem de todas as etapas educacionais, iniciadas na Educação Infantil, desenvolvidas no Ensino Fundamental e consolidadas no Ensino Médio. Compreendem: utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo; exercício de investigação, reflexão, análise crítica, imaginação e criatividade; fruição das diversas manifestações artísticas e culturais; utilização de diferentes linguagens; compreensão de tecnologias nas diversas práticas sociais; valorização da diversidade de saberes e vivências culturais; respeito e promoção dos direitos humanos; autoconhecimento na diversidade humana com autocrítica e capacidade para lidar com ela; cooperação na diversidade de saberes, identidades, culturas; ação pessoal e coletiva com autonomia, responsabilidade com princípios éticos,

democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Essas aprendizagens serão adquiridas por meio da construção valores presentes na vida contemporânea proporcionando formação pedagógica, sociocultural e cidadã.

Previsto no Plano Nacional de Educação, em 2014, a BNCC origina-se das recentes mudanças na LDB, a partir da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM e da homologação da BNCC, em 2018. São cooperados o MEC, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCEE, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSEC e as secretarias estaduais de educação formando um pacto federativo para apoio às redes escolares na implementação da BNCC e dos Itinerários Formativos.

Nesta nova estrutura educacional, níveis de ensino passam a ser etapas, entre elas a do Ensino Médio. Seu currículo passa a ser composto de 1.800 horas para consolidação das aprendizagens gerais que foram iniciadas e desenvolvidas na etapa do Ensino Fundamental. A formação geral básica será desenvolvida por Áreas de Conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Especialmente no Ensino Médio, são introduzidos os Itinerários Formativos. Estudantes podem escolher uma ou mais Área de Conhecimento para aprofundamento de suas formações contribuindo para construção de seus projetos de vida. Para os Itinerários Formativos são destinadas 1.200 horas de atividades educativas, além das 1800 horas para aprendizagens básicas. Serão desenvolvimentos em quatro eixos estruturantes e integrados: Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sócio-cultural e Empreendedorismo. A Portaria nº 1.432, de 28/12/2018, estabelece seus objetivos: aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou Formação Técnica e Profissional; promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações na escola, no trabalho, na vida.

Na BNCC os Eixos Temáticos dos CBC de Arte que, até então, se restringiam a cinco áreas de expressões artísticas, adquirem a oportunidade de serem ampliados no âmbito de diversas outras expressões que estão compreendidas nos

sistemas social, econômico e político da vida contemporânea. São expressões que se encontram além dos espaços físicos da escola significando sua comunidade escolar, a cidade e o planeta, onde o jovem encontra referências para complementar a produção de conhecimento com aprendizagens significativas para orientar seus projetos de vida.

Dentro das novas perspectivas abertas com a reorganização da estrutura curricular das escolas brasileiras, Audiovisual, Artes Visuais, Música, Dança e Teatro apresenta possibilidades de serem desenvolvidos em diversas linguagens artísticas além de seus conhecimentos básicos, pretendidos anteriormente com o ensino de Arte, na visão do CBC. Abre-se, portanto, possibilidade de incluir nessas linguagens artísticas, os contextos em que o Patrimônio Cultural pode ser vivenciado para a preservação e salvaguarda de bens de valores materiais e imateriais que integram à cultura de Minas Gerais no contexto brasileiro e mundial. Ancestralidades, tradições, costumes, saberes, meios, modos e perspectivas de vida que formam as culturas indígenas, africanas, quilombolas, campesinas de povos e comunidades tradicionais e das culturas urbanas, ambas consideradas em suas historicidades e contemporaneidades.

A comunidade escolar da EJA vem apresentando suas expectativas de serem incluídas na estruturação do sistema estadual de ensino proposto pela BNCC. Abrirá, portanto, possibilidades para a apropriação e fruição da cultura de sua comunidade escolar pelo fortalecimento da Educação Patrimonial que traz importantes sentidos para ser plenamente apreendidos e difundidos nos ambientes da gestão dos processos decisórios das políticas educacionais de EJA em Minas Gerais.

CAPÍTULO 3

3 ESTUDOS SOBRE EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS NO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO “EJA CULTURAL – EXPERIÊNCIAS DE VIDA, REFERÊNCIAS PARA O APRENDIZADO” NA EE IMACULADA CONCEIÇÃO, EM PEDRO LEOPOLDO - MG

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO E FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTES VISUAIS NA EJA

Com base na vivência prática do pesquisador, não somente da elaboração e implementação, mas do acompanhamento da ação “Eja Cultural: experiências de Vida – referências para o Aprendizado” é apresentado em sequência uma contextualização objetiva sobre experiências consideradas exitosas e que demonstraram dificuldades dentro desta ação.

O parâmetro para a análise do êxito dessas experiências foi baseado na apropriação e fruição do Patrimônio Cultural vivenciado nas ações do “Eja Cultural”, por meio do ensino-aprendizagem das Artes Visuais. O alcance desta apropriação e fruição foi mensurado com a adoção dos critérios de avaliação da Proposta Curricular de Ensino da Arte e no CBC de Arte adotados pela SEEMG e utilizados em suas escolas de EJA, conforme abrangidos no tópico anterior.

Segundo esses documentos orientadores, são considerados fatores preponderantes na avaliação do ensino-aprendizagem das Artes Visuais as

possibilidades formativas de estudantes em relação à aquisição da igualdade de direitos à construção de seus conhecimentos. Ao adquirir esses direitos, os resultados de seus conhecimentos construídos podem ser demonstrados tanto em relação à qualidade da arte que se produz, quanto à quantidade de produções realizadas no contexto da experiência vivenciada. Consiste em um processo educativo, dinâmico que abre oportunidades para a interdisciplinaridade integrando a participação ativa de estudantes, professores (as) e a comunidade escolar. (MINAS GERAIS, 2006).

Entre os aspectos possíveis de serem mensurados nesta perspectiva avaliativa, e que foram utilizados na análise, encontram-se de forma simultânea e integrada: o factual, que associa fatos a construção de conceitos para interpretar situações cotidianas; o conceitual, na construção de conceitos que auxiliam na convivência com problemas e conflitos; o comportamental; nas possibilidades de considerar não apenas o conhecimento adquirido em mente, mas o exercício de sua prática; e atitudinal; sobre as possibilidades de transformação da vida de estudantes, partindo de suas atitudes baseadas nos conhecimentos adquiridos na escola. (MINAS GERAIS, 2006).

Das escolas participantes deste projeto instituído pela SEEMG, no período de 2012 a 2014, foi selecionada pelo pesquisador a Escola Estadual Imaculada Conceição, sediada no município de Pedro Leopoldo e pertencente à S R E Metropolitana C. Esta escola oferece o Ensino Fundamental e Médio regular para estudantes ano/série convencional e para estudantes da EJA. A razão de sua escolha se fez por ter sido a escola que desenvolveu mais ações do “Eja Cultural” entre as escolas de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Foram analisadas seis experiências demonstradas em sequência.

Experiência I

Produção artística de acervo documental com fotografias e vídeos sobre o potencial turístico-cultural da cidade. Foram utilizados pranchetas, papéis e canetas para anotações; câmeras fotográficas e filmadoras para as produções. Resultou no aprofundamento sobre o conhecimento e melhor compreensão sobre a origem e o valor histórico, arqueológico e paisagístico em locais estratégicos do centro e em sua área rural; sobre a cultura e suas manifestações imateriais, incluindo saberes, meios, modos de vida, causos e lendas. Estabelecem vivências com a estação

ferroviária, Memorial Chico Xavier, Casa Fernão Dias, grutas, parques, cachoeiras e açudes promovendo resgate ao pertencimento e propriedade coletiva cultural. Promoveu a formação de agentes protetores e difusores da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e guias turístico-culturais referenciados pela escola. Desenvolveu artes visuais de forma interdisciplinar com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Biologia, Química, Educação Física e Matemática.

Experiência II

Desenvolvimento de pesquisas sobre pintura e escultura em monumentos religiosos ao longo do tempo, produção de fotografias das pinturas e esculturas nas igrejas católicas que fazem parte do contexto histórico-turístico. Para complementar produziram áudios de relatos dados por figuras representantes das tradições culturais da comunidade escolar sobre a historicidade das igrejas, seus elementos, crenças, folguedos e festas com a culinária da região. Foram utilizados câmeras fotográficas, gravadores e materiais acessórios. Resultou na produção de conhecimentos iniciais e melhor compreensão sobre o valor histórico, artístico e cultural no conteúdo desses elementos, procedimentos necessários à sua preservação e de serem valorizados na comunidade escolar. Serviu de base para a formação inicial de estudantes estimulando atuarem como divulgadores da preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural de suas cidades. As artes visuais foram desenvolvidas de forma interdisciplinar com os componentes curriculares de História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Física.

Experiência III

Produção artística de quadros com mosaicos com colagens com a participação da comunidade escolar, utilizando materiais reciclados e imagens de revistas e jornais. Resultou no conhecimento, compreensão e vivência sobre a importância de uma alimentação saudável através do conhecimento da nova pirâmide da cadeia alimentar e seus nutrientes essenciais para a vida, utilizando recursos existentes nos quintais da comunidade escolar. Foram desenvolvidas reflexões sobre histórias de vida e culturas de suas comunidades associado à produção de conhecimentos para adoção de melhores práticas de manipulação e produção de alimentos, higiene, corpo, prevenção de doenças e foram incluídos

ensinamentos sobre métodos anticoncepcionais e incluindo as sexualmente transmissíveis. Desenvolveu Artes Visuais na interdisciplinaridade com os componentes curriculares de Geografia, Sociologia, enfatizando Ciências e Biologia, por serem esses dois últimos, componentes curriculares que despertam mais desafios para estudantes da EJA.

Enquanto experiências que apresentaram dificuldades de promover apropriação e fruição do Patrimônio Cultural da comunidade escolar, mensuradas a partir dos parâmetros para a educação formativa e seus critérios de avaliação.

Experiência IV

Produção artística de painéis com figuras geométricas utilizando cartolinas e papéis coloridos, envolvendo estudantes da EJA com estudantes de idade/série convencional. Foram desenvolvidas pesquisas sobre a história dos jogos temáticos da cultura popular como o xadrez, a dama e o boliche que fazem parte das tradições de suas comunidades para melhor compreensão sobre o sentido de suas regras e formas de jogar. Este conhecimento foi utilizado para compreender o sentido dos jogos da cultura popular, sua função na sociedade e adotar valores positivos sobre as relações sociais incluindo respeito às diferenças, espírito colaborativo e competitividade. Desenvolveu Artes Visuais na interdisciplinaridade com o componente curricular matemática. Com esta atividade foram encontradas dificuldades para realizar seu processo na proposta da ação EJA Cultural porque o contexto do Patrimônio Cultural não foi aprofundado em relação à abordagem feita sobre os jogos em relação às regras de convivência ao longo do tempo e uma exploração mais abrangente na produção de painéis artísticos com exposição de fotografias e filmes. Obteve-se maior atenção à função matemática por ser uma área que demonstra baixa proficiência na construção de competências para o desenvolvimento de habilidades matemáticas e lógicas iniciais.

Experiência V

Produção artística de modelagens utilizando tintas, papéis, papelão, cartolina, balões, plásticos, tecidos, linhas e diversos materiais reciclados de uso no cotidiano, envolvendo estudantes da EJA com estudantes de idade/série convencional. Foi desenvolvida uma dinâmica com apresentação de relatos de histórias de vida dos estudantes com suas culturas. Estimulados com o pensamento

de que uma obra de arte estabelece relação com o tempo de seu artista e o contexto sociocultural que ele vive, estudantes elaboraram uma frase sintetizando seu relato. Esta frase serviu de inspiração para a produção de modelagens artesanais de objetos de uso cotidiano e decoração de ambientes. Os conhecimentos foram aplicados para despertar a vontade empreendedora dos estudantes à produção de artesanato e decoração, com recursos e matéria-prima básica, viável e contribuindo para sua sobrevivência. A dificuldade observada nesta ação foi sua pouca exploração de fundamentos do Patrimônio Cultural relativos à memória e preservação de bens materiais e salvaguarda de manifestações imateriais da cultura da comunidade escolar. Não foi relacionada à prática da atividade, como poderia ter sido, em detrimento de maior interesse demonstrado em explorar o empreendedorismo enquanto resultado imediato. A ação foi desenvolvida nas aulas de Educação Física que pouco explorou questões sobre seu contexto curricular.

Experiência VI

Produção artística de fotografia artesanal utilizando o método “pinhole”. Para sua produção: lata com tampa, fita isolante, tesoura, papel cartão preto, papel vegetal, papel alumínio, cola, fita isolante, tesoura, agulha, prego; e para revelação bacias para processamento, revelador, interruptor (vinagre branco), fixador, papel fotográfico próprio, recipientes escuros, pinça e lâmpada vermelha. A atividade partiu da reflexão sobre o pensamento de que os pedaços do tempo vividos podem compor o álbum de fotografia de nossas vidas e neste contexto todas as pessoas são importantes. Estudantes desenvolveram a experiência no interior da escola. Houve dificuldades de trazer para a prática desta ação maior envolvimento sobre mensagens extraídas das histórias de vida de estudantes, associadas à cultura de suas comunidades. O tema foi apresentado, mas não explorado nas oportunidades que teve. A fotografia foi explorada na atividade procurando dar maior ênfase em técnicas e procedimentos necessários à sua produção e poderia ter havido o mesmo nível de exploração do professor com os estudantes sobre as funções socioculturais da fotografia na sociedade refletindo na comunidade escolar. A pouca exploração do contexto sociocultural ocorreu para dar maior ênfase no ensino-aprendizagem interdisciplinar Física e Química.

3.2 ANÁLISE RESULTANTE DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

De acordo com as experiências contextualizadas e adoção dos parâmetros e critérios escolhidos para análise do pesquisador é possível considerar que existem possibilidades contributivas para no ensino-aprendizagem das Artes Visuais da EJA, por meio da apropriação e fruição do Patrimônio Cultural.

A análise serviu de base para o pesquisador construir uma linha de raciocínio que vem deduzir que as Artes Visuais possuem condições de despertar e desenvolver em estudantes, ao exemplo EJA, autoconfiança e coragem para o exercício de sensibilidades, percepções, leituras, decodificações, pensamentos, inferências, interpretações em formas críticas e reflexivas. Contribui para formarem opiniões e adotarem posturas e atitudes os levando a estabelecerem melhores identificações com os meios de suas existências socioculturais. Por meio da racionalização de suas histórias de vida vivenciadas em ambientes escolares que viabilizam a produção de conhecimentos, a Arte encontra possibilidades de ser produzida com inovações e criatividade espontâneas inspiradas em suas culturas cotidianas. Ainda que esta Arte seja feita com objetivos e perspectivas limitadas às condições socioeconômicas da escola e sua comunidade escolar torna-se positivamente redimensionada, por contribuir com formação pedagógica, sociocultural e humana. O Patrimônio Cultural pode se tornar um caminho consistente para as Artes Visuais estarem relacionadas e desenvolvidas com histórias de vida, cujo resultado é o encontro de sentidos para explicar a necessidade de haver uma contínua construção de conhecimentos, entre cultura e escola. Neste sentido, o ensino-aprendizagem de Arte torna-se significativo ao proporcionar transformações na vida de seus estudantes.

Conforme observado pelo pesquisador, o êxito em algumas experiências e dificuldades em outras são também motivados por um dos principais fatores que influenciam o ensino-aprendizagem na EJA: formação especializada de professores (as), supervisores (as) e gestores (as), incentivo remuneratório a esses profissionais condizente com os níveis de complexidade do ensino-aprendizagem. A EJA ainda é considerada modalidade simples, fácil, informal, composta por estudantes que não quiseram estudar e agora são obrigados a voltar à escola para adquirir seus

diplomas. Os profissionais da educação da EJA e seus estudantes vêm sendo personagens praticamente invisíveis dentro dos sistemas de ensino. Nessas escolas o que é oferecido para seus funcionamentos é antigo e obsoleto: recursos pedagógicos, métodos, metodologias. Entretanto, muitos desses profissionais redimensionam essas condições porque trabalham interessados em manter um sistema educacional restrito às suas próprias vocações. Nesta realidade, o Patrimônio Cultural originado das histórias de vida de seus estudantes é o principal recurso disponível e utilizado para enriquecer o ensino-aprendizagem. Embora esteja estruturalmente defasado, encontra condições para ser potencializado com a fluência da cultura de seus estudantes em todas as direções que podem expressar por meio das Artes Visuais. Conclui-se, portanto, que mesmo as experiências analisadas que demonstraram dificuldades na fruição e apropriação do Patrimônio Cultural, por meio do ensino-aprendizagem das Artes Visuais, permitiram iniciar processos criativos possíveis de serem repensados e reestruturados. Embora a análise feita seja sobre uma ação acontecida há cinco anos passados, é possível considerar que seu exemplo de implementar o Patrimônio Cultural para contribuir com o ensino das Artes Visuais em escolas de EJA na atualidade, e provavelmente, no futuro.

Não apenas com base na análise das experiências do “Eja Cultural”, mas considerando o grande interesse de produção de Artes Visuais nas escolas de EJA associando direta ou indiretamente apropriação e fruição do Patrimônio Cultural presume-se que seus resultados convergem em contribuições para formação pedagógica, sociocultural e humana de seus estudantes.

A correlação Artes Visuais, cultura e escolas histórias de vida encontra sua validade de ser estabelecida e pode ser explicada pela Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa. De acordo com BARBOSA (1988, p. 33-43) integrar ao ensino-aprendizagem das Arte Visuais a análise, a interpretação e o julgamento do fazer artístico como forma de construção humana amplia os processos do desenvolvimento cognitivo. Os processos que envolvem elaboração, criação e produção das linguagens artísticas visuais são realizados com experiências de leituras e análises de imagens que exercitam a formação de conhecimentos na medida em que são descobertos os sentidos das imagens. Essas descobertas acontecem por meio de interpretações que impulsionam o desenvolvimento crítico, reflexivo e dialógico entre o pensar a arte e fazê-la com criatividade. Por este

caminho, o julgamento da experiência vivida com o fazer artístico é fundamentado nas histórias de vida que constroem uma visão de mundo de quem faz a arte. Por consequência, este processo tende a promover aprendizados sobre métodos, técnicas e procedimentos, reflexões sobre a história de vida influenciando que leva a formação de sabedorias sobre os sentidos socioculturais da arte que produz gerando o desenvolvimento de sensibilidades que humanizam a práxis da vida.

Por este processo é revisitado o itinerário intelectual de Paulo Freire. De acordo com SCOCUGLIA (2019) A dimensão da práxis educativa, por meio do diálogo, da dialética e da democracia uma ação cultural para a construção da autonomia por meio de processos educativos que fazem da alfabetização conscientização, que move a prática educativa ingênua e mágica para uma outra problemática e reflexiva.

A Abordagem Triangular difundida por Ana Mae Barbosa, que não se considera sua autora, caminha lado a lado com o itinerário intelectual de Paulo Freire e por meio de suas correspondências, fortalecem a possibilidade de fazer do Patrimônio Cultural um caminho para que as Artes Visuais seja um exercício de direito ao conhecimento, uma prática educativa que permite a reflexão sobre esta prática num processo de conscientização sobre de onde vieram, onde estão e para onde seguirão estudantes da EJA, pelo diálogo com professoras e professores. Isto permite uma prática educativa que redimensiona a liberdade em libertação no “parto doloroso”, que é a conquista de renovações constantes.

3.3 PROPOSTAS DE METODOLOGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO O PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ARTES VISUAIS DA EJA

De acordo com PIMENTEL (2007, p.30) O método adotado em pesquisas na Arte é o denominado compreensivo-interpretativo por explorar, inclusive, a natureza da Arte em seus sentidos antropológicos. Encontra-se ligado às Ciências Humanas em razão de ser uma área que atua na busca de explicações sobre os fundamentos de comportamentos e práticas produzidas pelas pessoas. A ordem gerativa, na qual o método se organiza em seus processos de trabalho, e fator preponderante para que os caminhos que o método dita para serem seguidos para atingir a uma

determinada finalidade, sejam seguidos com muita criatividade por parte de quem irá adotar este método.

Sobre metodologia de pesquisa de Arte, interpretando o postulado por PIMENTEL (2007, p.33), reúne um conjunto de procedimentos, elaborados racionalmente para serem colocados em prática por quem irá executá-los. Para definir uma metodologia é necessário que sejam consideradas as visões de mundo de quem irá executá-la, as quais influenciarão as escolhas que irá fazer para colocar o método em prática. A metodologia tem por objetivo justificar as referidas escolhas e permitir que sejam estabelecidas “conexões de forma consistente; a intenção, a meta, o objetivo da aula; a maneira de inserir o conteúdo; as técnicas de constituição do material e sua validação; os procedimentos de interpretação dos resultados e suas verificações (avaliação)”. Partindo desses conceitos, é possível concluir que o método propõe uma forma de fazer para se chegar a um objetivo e a metodologia escolhe e define os caminhos para que o alcance desses objetivos seja viabilizado.

Método e metodologia estão intimamente ligados e formam um elo que assegura e fortalece o desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem de Arte, ao exemplo das Artes Visuais e contribuem para serem desenvolvidas de forma estruturada. O método pode ser instituído, apresentado, oferecido, sugerido, mas a metodologia é um exercício que deve ser feito por quem irá executar, por que o método é uma proposição ofertada para ser lida, conhecida, absorvida e, havendo interesse, servirá de norteador para ser adequado a realidades, tempos, espaços e tratamentos diferenciados.

Em visitas do pesquisador, às escolas de EJA da Secretaria de Estado de Educação, por meio da ação “Eja Cultural”, foi possível perceber que o desenho e a pintura, por serem práticas habituais da educação artística de seus tempos anteriores de escola; a modelagem, a escultura e a tecelagem, por estarem próximas da cultura de seus ambientes de vida e expressarem formas, dimensões e texturas associadas às suas experiências de vida; e a fotografia e o vídeo, por serem práticas expressivas cotidianas pelo uso da tecnologia de acesso comum às pessoas, são linguagens artísticas das Artes Visuais que fazem parte do interesse de professores (as) e estudantes.

Com base conclusiva dos estudos sobre o tema da pesquisa, aliada à experiência do “EJA Cultural”, o pesquisador apresenta uma proposta de sugestões para despertar estímulos à criação de suas próprias metodologias:

Etapa introdutória – ciclo de palestras com exposições participativas entre professoras, estudantes e comunidade escolar (quatro encontros sequenciais)

Utilizando a exibição de filmes, vídeos, fotografias, livros, catálogos, documentos, objetos simbólicos e com a presença de representantes da cultura local e artistas que produzem Artes Visuais em um centro de referência da comunidade escolar, especialmente selecionado e ambientado entre estudantes junto à professora de Arte, Biblioteca e demais componentes curriculares.

Apresentar aos estudantes a historicidade sociocultural da escola, da comunidade escolar e dos fundamentos sobre cultura, memória, identidades, bens e referências culturais da comunidade escolar e a importância de sua proteção com a preservação dos bens materiais e salvaguarda dos bens imateriais no contexto do Patrimônio Cultural de Minas Gerais presente em sua comunidade escolar.

Explorar nos conteúdos exibidos e mostrados a existência de desenhos, fotografias, pinturas, modelagens, esculturas, tecelagens e vídeos, contextualizar sobre os fundamentos, métodos, técnicas e procedimentos para sua produção.

Estabelecer correlações linguagens das Artes Visuais ao contexto do Patrimônio Cultural que estão inseridas.

Etapa de pesquisas e elaboração – ciclo de aulas com a Professora de Arte e com o apoio da bibliotecária e professores dos demais conteúdos, em sala de aula. (cinco encontros sequenciais)

Incentivar pesquisas em livros, jornais e com a audição de depoimentos de pessoas sobre a história da comunidade escolar onde o estudante está inserido descrevendo suas tradições, costumes, saberes, meios, modos e perspectivas de vida.

Estimular revisitarem a memória e relembrar os acontecimentos mais marcantes, envolvendo a influência de seus avós e pais na construção da história de vida do estudante em família, no trabalho, em sua comunidade e a escola.

Despertar nos estudantes a percepção para que durante a pesquisa e à revisão na memória, sejam identificados e esboçados, em papel, desenhos, pinturas, modelagens, esculturas e tecelagens que foram visualizados e que considerem significativos.

Orientar os estudantes à redação de um relato histórico pessoal reunindo os conteúdos da pesquisa e dos acontecimentos revisitados e incluindo suas expectativas de vida em relação ao ensino-aprendizagem de Artes Visuais na escola.

Incentivar estudantes mais novos à aproximação, reconhecimento e convívio com estudantes além de suas faixas etárias e idosos presentes na turma.

Apresentação das pesquisas, com apresentação de relatos e leitura das redações em dinâmicas socializadas entre professores e estudantes.

Durante esta etapa, os conteúdos da etapa anterior poderão estar disponíveis para consultas dos estudantes.

Etapa de criação e preparação - ciclo de aulas em espaço selecionado entre a professora de Arte e estudantes com o apoio da bibliotecária. (seis encontros sequenciais)

Incentivar os estudantes a extrair de suas redações e memórias sete elementos que considere mais importante e à escolha de ser, cada um, reproduzido em uma linguagem das Artes Visuais - Desenho, fotografia, vídeo, modelagem, escultura e tecelagem. Caso o estudante não se sinta atraído por uma determinada linguagem mais elementos poderão ser reproduzidos em uma ou duas linguagens.

Desenvolver, ou rever com os estudantes conhecimentos sobre método, técnica, procedimentos para as linguagens artísticas e estimular a criação de metodologias próprias para suas produções.

Incentivar os estudantes a pesquisarem e selecionarem materiais, com apoio da escola, para as produções procurando valorizar as alternativas trazidas ou apontadas pela turma.

Etapa de produção e finalização - (5 encontros)

Desenvolver a produção artística e sua finalização promovendo a socialização da experiência entre estudantes e dando suporte orientador e operacional. Estudantes que não apresentarem condições ou interesse em produzir poderá dar assistência, acompanhar colegas ou dar suporte à professora e à escola. Caso haja interesse e possibilidade de artistas das Artes Visuais da comunidade, poderão visitar os encontros de produção e compartilhar experiências.

Desenvolver a produção artística de painéis para contextualização da história e das tradições, costumes, saberes, meios, modos e perspectivas de vida de estudantes, da escola e comunidade escolar.

Finalizar as produções artísticas com suportes, molduras e criar um suporte complementar para a exposição da redação dos (as) estudantes produtores (as).

Selecionar data, local seja na escola, ou em um centro cultural da comunidade escolar, e definir um conteúdo programático, objetivando um evento para uma exposição com a mostra das produções artísticas desenvolvidas.

Etapa de culminância (4 encontros e um evento)

Divulgar o evento para acesso gratuito de estudantes e professores da escola, de outras escolas, comunidade escolar e estabelecer contatos convidando a imprensa cultural.

Organizar a estrutura e a programação do evento com criatividade, com a participação coletiva e realizá-lo utilizando recursos da escola para custeio de todas as despesas e poderá solicitar apoios de cooperações junto à comunidade escolar.

Espaço integrando a exposição de painéis históricos e produções artísticas com relatos escritos em suportes e para apresentações de estudantes, artistas e manifestações da comunidade.

Professora de Artes, bibliotecária e demais professores, com a gestão da escola irão fazer a abertura do evento.

Estudantes, em grupos, irão apresentar seus relatos de vida, suas produções artísticas, técnicas e procedimentos na produção de Artes Visuais de sua obra.

Professora de Arte irá promover dinâmicas para que estudantes possam relatar ao público sobre os conhecimentos que adquiriram para interpretar situações cotidianas, conviver com problemas e conflitos, aplicação dos conhecimentos na prática adquiriu de conhecimentos para mudanças de atitudes, associar o conhecimento às práticas e suas perspectivas de transformações na vida.

Artistas das Artes Visuais, outras artes e representantes da comunidade escolar irão fazer apresentações artísticas e manifestações culturais.

Estudantes irão circular nos ambientes da exposição para diálogos com o público da comunidade e de outros estudantes repassando conhecimentos adquiridos na etapa introdutória para a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural da comunidade escolar.

Poderá incluir momentos para apresentações artísticas e manifestações culturais, falas de representantes da cultura, das Artes Visuais, de outras artes e momento de relato das experiências de estudantes, e outras sugestões da comunidade escolar.

Na sala de aula, fazer a avaliação sobre os níveis de abrangência em que a atividade promoveu apropriação e fruição do Patrimônio Cultural da comunidade escolar e os níveis de profundidade que a experiência promoveu ensino-aprendizagem significativos, nos aspectos factual, conceitual, comportamental e atitudinal na vida dos estudantes. Esta avaliação deverá ser feita socializada entre professores (as), estudantes, gestores (as) e comunidade escolar.

Caso a exposição tenha sido em espaço externo à escola, após seu encerramento, transportá-la para a escola para sua continuidade em tempo a ser estabelecido entre estudantes e escola.

A proposta acima apresentada foi elaborada pelo pesquisador com base em seus conhecimentos adquiridos nas oficinas do Curso de Especialização que exercitaram práticas das linguagens de Artes Visuais que são contempladas na proposta. As oficinas contribuíram para unir a vontade do pesquisador para conhecer qual é o método, o caminho determinado para a arte ser feita e a compreensão de como este caminho pode ser construído. Possibilitou aprender que, uma vez utilizando-se de um mesmo método de trabalhar a produção de modelagens em argila e esculturas em madeira, por exemplo, pode-se chegar a diversos resultados de expressão artística, dependendo da forma aplicada para chegar ao resultado artístico esperado.

Assim, entre o método e a metodologia existe um lapso da incerteza: eu sei como fazer, mas será que eu saberei fazer? Forma-se, então, um elo entre a insegurança e a inquietação formando-se a autonomia da pessoa artista que ela precisa ter para fazer de um processo criativo algo fundamentalmente transformador na vida das outras pessoas. O método, compreendido no passo a passo estabelecido para produzir uma obra artística será adaptado às condições que se tem para encontrar, estocar, tratar e utilizar a matéria prima para produção artística e o aproveitamento de seus recursos com procedimentos escolhidos.

É possível compreender, com os incentivos trazidos pelo pensamento de FREIRE (1996, p. 12-52) que a polifonia dos temas geradores que formam seu discurso político-pedagógico permite ao método e a metodologia encontrar na

pessoa educadora sentidos para potencializar o ensino dentro de um processo de aprendizagem da pessoa educanda, e vice-versa. Neste sentido nota-se que é de vital importância os interesses de estudantes, a exemplo da EJA, serem valorizados para que ao idealizar, traçar planos e colocar ideias em prática com as Artes Visuais, possam ser viabilizadas experiências que incentivem curiosidades, criticidades e reflexões para que a produção de conhecimentos possa ser útil para a vida tanto de estudantes, quanto de professores (as). Assim, palavras mágicas como bom senso, humildade, diálogo, respeito, generosidade, comprometimento passam a encontrar formas de serem materializadas por meio de ideias que ao serem colocadas em práticas. Sendo feitas de forma consciente entre os envolvidos, podem permitir tomar decisões iniciadas na escola que são ampliadas na prática diária da vida sustentadas em suas autonomias construídas.

Na EJA, o desenvolvimento da consciência crítica adquirida no ensino é colocada na prática de um aprendizado reflexivo formando o ensino-aprendizagem que esta modalidade de ensino requer. Trata-se de uma exigência dos Estudantes da EJA, por que são pessoas conscientes de seus papéis enquanto cidadãos que prezem pela virtude de ser úteis em favor da organização de uma sociedade melhor. Trazem em suas expectativas fazer da escola à proporção de lugar onde irão aprender a ler e a escrever, mas dentro de um processo vivencial que os levem não apenas ao despertar, mas ao evoluir de suas consciências sobre os resultados de suas somas, muitas vezes às custas de subtrações e divisões que os tornam multiplicadores de grandes sabedorias.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados com a pesquisa, é possível apresentar algumas conclusões que confirmam a visão otimista do pesquisador. Existe um potencial nas histórias de vida de estudantes da EJA, que fazem parte da cultura de sua comunidade escolar, compondo o sentido ampliado de Patrimônio Cultural que pode contribuir com ensino-aprendizagem das Artes Visuais na Educação de Jovens e Adultos. Ainda que as Artes Visuais, por meio do desenho, pintura, modelagem, escultura, tecelagem, fotografia e vídeo sejam produzidas com materiais reciclados e simples pretensões, desenvolvem aprendizados sobre o fazer artístico. E em

complemento, promovem transformações positivas na vida de seus estudantes em suas vivências nos diversos segmentos da sociedade.

Apesar de todas as dificuldades, historicamente enfrentadas pela Educação de Jovens e Adultos, em relação às condições de seus espaços físicos e estruturas tecnológicas, de suas bibliotecas e materiais didáticos, a EJA é uma modalidade de ensino que vem sobrevivendo com poucos recursos financeiros disponibilizados e com sua baixa representatividade nos processos decisórios das políticas educacionais.

Entretanto, esta realidade não desestimula, não subverte, não minimiza a atuação compartilhada de seus gestores (as), supervisores (as) pedagógicos, professores (as) e comunidade escolar. São estas pessoas as grandes responsáveis que assumem a vontade de produzir e conseguem apresentar a qualidade de um ensino-aprendizagem que envolve crescimento pedagógico, sociocultural e humano, conjuntamente. Desenvolvem uma modalidade de ensino que alimenta a mente criadora de seus estudantes por meio de um trabalho missivo e constante que espontaneamente integra suas jornadas de trabalho com suas atividades cotidianas. A EJA encontra esta motivação na filosofia pluralista do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire colocado em prática com a implementação da Abordagem Triangular difundida por Ana Mae Barbosa. As histórias de vida dos estudantes da EJA estão inseridas no apreciar, no fazer e no contextualizar a arte que passam a produzir com senso crítico, reflexões e diálogos com a cultura que fazem parte, dando-lhe condições de fazerem da alfabetização que buscam na escola uma forma de conscientização para se compreenderem e se transformarem cidadãos do mundo.

A pesquisa proporcionou condições para desenvolver um percurso de estudos, análises e contextualizações que vêm confirmar que é possível promover apropriação e fruição do Patrimônio Cultural, no ensino das Artes Visuais da EJA, por que mesmo ao realizar atividades artísticas com recursos rudimentares e em realidade escolar defasada, sobressaiu a vontade de estudantes da EJA de buscar e encontrar, na arte de suas culturas, possibilidades de produzir conhecimentos que os tornaram capazes de iniciar transformações em suas vidas, na família, no trabalho e meios sociais.

Considera-se importante que haja, por parte de todas as pessoas educadoras e educandas, organizações, instituições o conhecimento sobre estas possibilidades

para que ao fazerem parte, direta ou indiretamente, da comunidade escolar da EJA venham ofertar apoios significativos a estudantes e profissionais da educação da Educação de Jovens e Adultos, junto ao sistema público estadual de educação de Minas Gerais e de outras esferas governamentais.

Por meio de uma ação local, acontecida num dado período do ano letivo, promovendo a cultura da comunidade escolar criando, produzindo e difundindo as Artes Visuais, ao exemplo do “Eja Cultural” pode gerar incentivos para estudantes da EJA aprimorar suas formações em níveis acadêmicos superiores ao do Ensino Fundamental e Médio da educação básica. Para isto ser possível é necessário oportunizar, nas escolas de EJA: criação e implementação de metodologias originais e inovadoras; elaborar e desenvolver concepções estéticas, construções de poéticas visuais e exercícios de subjetividade; desenvolver interesses, investigações, autonomias, criatividades individuais e coletivas através da produção artística; possibilitar aproximações, reconhecimentos, diálogos sociais através da recepção artística; aplicar tecnologias artesanais e sofisticadas nos processos de produção artística; desenvolver observações e leituras reflexivas e críticas sobre os conteúdos históricos, sociais, econômicos, políticos, ideológicos e auto-sustentáveis de sua comunidade escolar que passa a ser a cidade de todas as pessoas por que, independente de sua realidade, a EJA é capaz de dignificar os talentos de seus estudantes.

Neste sentido, estudantes de EJA podem dar exemplos para estudantes de escolas ano-série convencional. Desenvolvem seus potenciais cognitivos construindo competências e habilidades que podem ser praticadas em diferenciadas formas de sucesso. Vêm se destacando nos processos seletivos de universidades ingressando em cursos de graduação, pós-graduação e, conforme noticiado em matérias da mídia especializada, destacam-se em posições e atividades representativas na sociedade.

Pelos estudantes da EJA não se esquecerem da escola de onde ressurgiram para a vida, pode dar seus exemplos para estudantes em escolas de ano-série convencional sobre possibilidades cognitivas e condições para desenvolver habilidades e construir capacidades em múltiplas formas criativas e necessárias para a inteligência ser absorvida e praticada em diferentes realidades, tendo como fundamento suas histórias de vida.

Dentro desta conclusão, o mais importante é compreender que a EJA possui condições de solidificar um caminho promissor para seus estudantes, tendo o Patrimônio Cultural um sentido que promove transformações positivas em suas vidas. Resultados podem ser alcançados com seus intentos, contribuindo para qualidade da educação em suas escolas, de existência em suas comunidades refletindo o desenvolvimento pedagógico, sociocultural e humano em suas diversidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. Ed. (2003). Rio de Janeiro: Lamparina.

BARBOSA. Ana Mae. *Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996, p. 293-294.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

_____. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (Org.) Átila Bezerra Tolentino ... [et al.]. João Pessoa: Iphan, 2014. 116 p.: il.; 30 cm. – (Caderno Temático; 4)

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*.

_____. Decreto nº 3.551, de 4/8/2000. *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*.

_____. Decreto nº 6.040, de 7/2/2007. *Institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais*.

_____. Decreto nº 7.387, de 9/12/2010. *Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística*.

_____. Lei nº 3.924, de 26/7/1961. *Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos brasileiros*.

_____. Lei nº 9.394 – LDB, de 20/12/1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.

_____. Lei nº 11.483, de 31/5/2007 e Portaria nº 407, de 21/12/2010. *Valoração do patrimônio cultural da memória ferroviária brasileira*.

_____. Lei nº 12.343, de 2/12/2010. *Institui o Plano Nacional de Cultura- PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC; - Inventário Nacional de Referências Culturais.*

_____. Lei nº 13.005, de 25/6/2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024.*

_____. Lei nº 13.123, de 20/5/2015. *Institui a política, regula o Patrimônio Genético e cria Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.*

_____. Parecer nº 584, de 7/6/2000. *Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.* DF, Brasília: Ministério da Educação, 2001.

_____. Portaria nº 127, de 30/04/2009. *Cria a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.*

_____. Portaria nº 407, de 21/12/2010. *Dispõe sobre a valoração do patrimônio cultural da memória ferroviária brasileira.*

_____. Portaria nº 137, de 28/05/2016. *Estabelece diretrizes para a Educação Patrimonial e das Casas de Patrimônio.*

_____. Portaria Ministério da Educação nº 1.155, de 11/10/2016 e Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de 22/12/2017. *Dispõe sobre o Programa Novo Mais Educação incluindo o Patrimônio Cultural.*

_____. Portaria nº 1.432, de 28/11/2018. *Estabelece referenciais para elaboração dos Itinerários Formativos conforme Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.*

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5/7/2000. *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.*

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CHAVES, Abdala, Mônica. *Sabores da Tradição.* In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano XLII - N° 2 - Julho-Dezembro de 2006. Belo Horizonte: SECMG, 2006.

CEDEFES. *Quilombolas e Povos Indígenas de Minas Gerais.* Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: www.cedefes.org.br. Acesso em 18/10/2018.

CUNHA, Evandro José Lemos; MOURA, José Adolfo; PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. *Proposta Curricular Conteúdos Básicos Comuns - CBC de Arte.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2008.

_____. Evandro José Lemos; MOURA, José Adolfo; PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. *Proposta Curricular do Ensino de Arte.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FARIA, Ederson; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. A identidade cultural na pós-modernidade. In: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 15, Número 1, Janeiro/Junho de 2011. 11^a. ed. São Paulo: DP&A. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572011000100004. Acesso em: 08/06/2019.

FELIPE, Carlos. *O grande livro do Folclore*. Belo Horizonte: Editora Diversidade de Minas Gerais, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho; GUSMÃO, Rita (Orgs.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS-UNB, 2004. p. 52-57. GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Os Museus e a Cidade* In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003 p.171-186.

IINSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. *Atlas de Festas Populares do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências Aplicadas, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Trad. LEITÃO, Bernardo... [et al.]... – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/> Acesso em 5/8/2019.

_____. *Descubra Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conheca-minas/nossa-gente>. Acesso em: 05/10/2019

_____. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Org. Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais (CIMOS); Ministério Público de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/producao-editorial/direitos-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 02/07/2019

_____. *Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16989-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em 25/06/2019.

_____. *Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16989-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em 20/06/2019.

_____. *Políticas públicas culturais de Minas Gerais*. Disponível em: www.cultura.mg.gov.br. Acesso em 05/07/2019.

_____. *Texto introdutório para a implementação da Base Nacional Curricular Comum na rede pública estadual de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2019.

_____. Lei nº 23.197, de 26/12/2018. *Institui o Plano Estadual de Educação – PEE para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências*.

_____. Resolução nº 444, de 24/04/2001. *Regulamenta, para o Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, a Educação de Jovens e Adultos*.

_____. Resolução nº 2.843, de 13/01/2016. *Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais*

PIMENTEL, Lucia Gouvêa (org.). *Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG, 2008.

_____. *Metodologias do ensino de Artes Visuais*. In Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais. Vol.1. Belo Horizonte: EBA/UFMG, 2007.

_____. Lucia Gouvêa. *O ensino de arte e sua pesquisa: possibilidades e desafios*. In: NAZÁRIO, L; FRANCA-HUCHET, P. *Concepções contemporâneas de Arte*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.310-317.

_____. *Processos artísticos como metodologia de pesquisa*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/32707>. Acesso em 99/06/2019.

RANGEL, Marília Machado. *Educação Patrimonial Conceitos sobre Patrimônio Cultural*. In. Secretaria de Estado de Educação. *Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: Lições de Minas, 2002.

REDE GLOBO. *Minas é o estado mais populoso do Brasil*. <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/mg-e-o-2-estado-mais-populoso-do-brasil-com-211-milhoes-de-habitantes-diz-ibge.ghtml>

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*. 7 ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2019.

UNESCO. *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, França, 1972.

_____. *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, França, 2003.

_____. *Convenção nº 169 para ação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 27 de junho de 1989, sobre os direitos dos Povos Indígenas*.

ANEXO

“Eja Cultural: Experiências de Vida – Referências para o Aprendizado”

Escola selecionada pelo pesquisador para análise de experiências desenvolvidas dentro da ação referenciada na pesquisa: Escola Estadual Imaculada Conceição, sediada no município de Pedro Leopoldo, Minas Gerais

O pesquisador selecionou esta escola por ter desenvolvido mais ações dentre as escolas estaduais de EJA em Belo Horizonte e região metropolitana.



Superintendência
Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C

Experiência I

Produção artística de acervo documental com fotografias e vídeos sobre o potencial turístico-cultural da cidade.

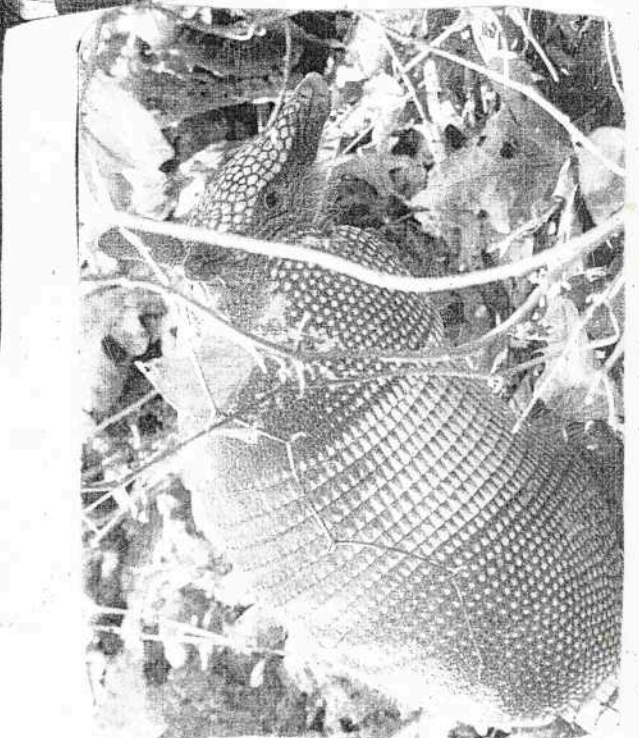
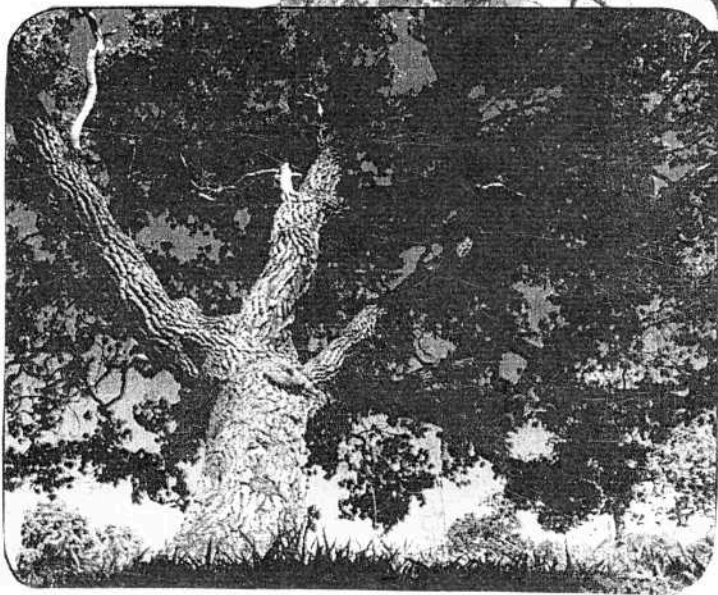
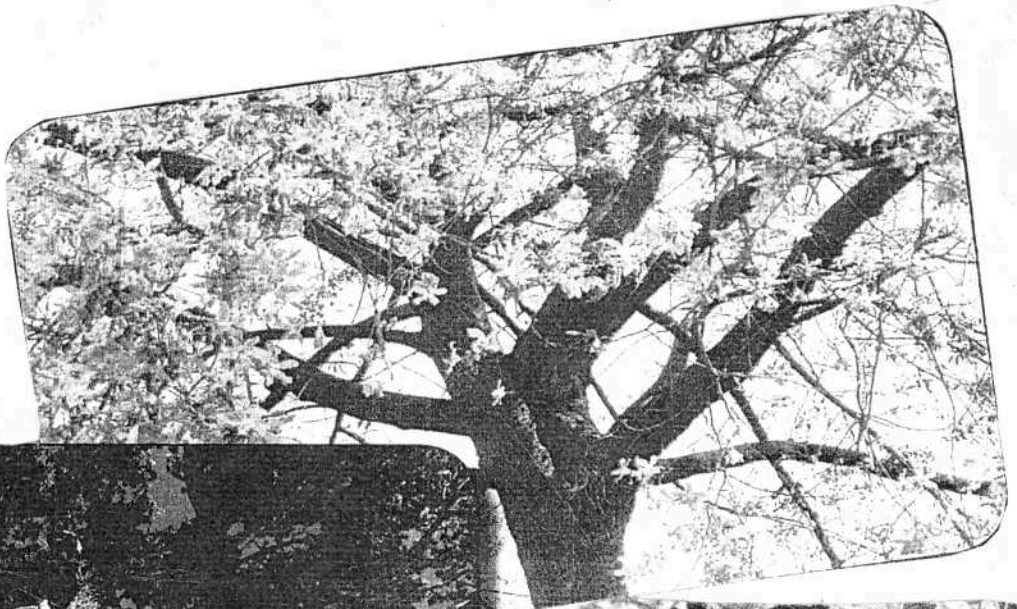
Compreensões sobre origem e valor histórico, arqueológico e paisagístico de locais estratégicos do centro e área rural.

Incentivou a formação de agentes protetores e difusores da preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural e guias turístico-culturais referenciados pela escola.

Casa Fernão Dias



Parque do Sumidouro

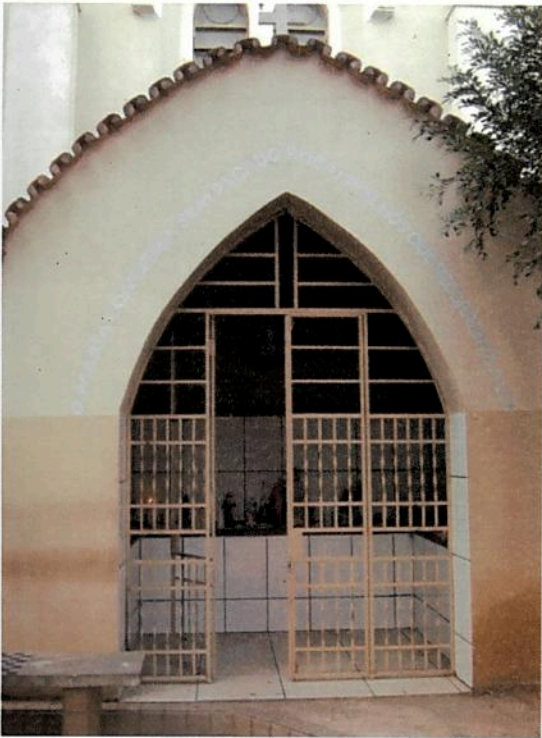


Experiência II

Pesquisas sobre pintura e escultura em monumentos religiosos com produção de fotografias e áudios de relatos sobre tradições culturais da comunidade escolar, crenças, folguedos e festas com a culinária da região.

Conhecimentos do valor histórico, artístico e cultural para procedimentos de sua proteção na comunidade escolar.

Incentivou atuação de estudantes como divulgadores da preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural da cidade.



Local de oração, na parte exterior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Visão exterior dos fundos da Igreja Nossa Senhora da Conceição



Pinturas na parede interna da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

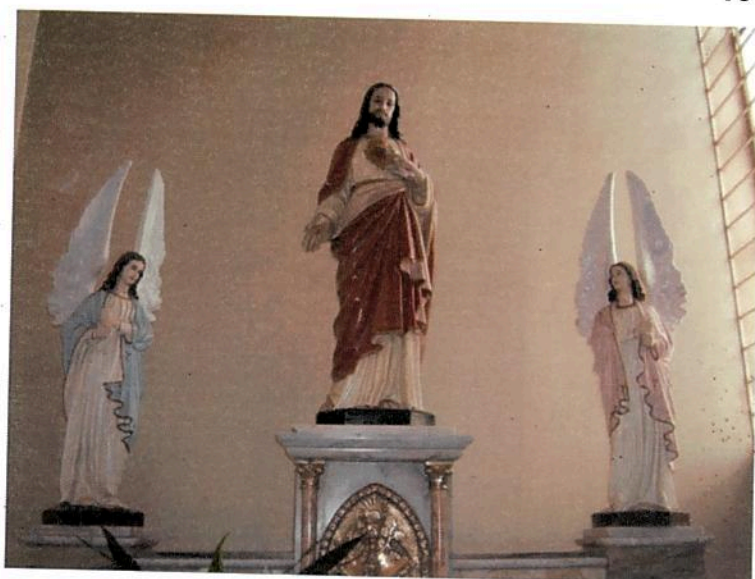
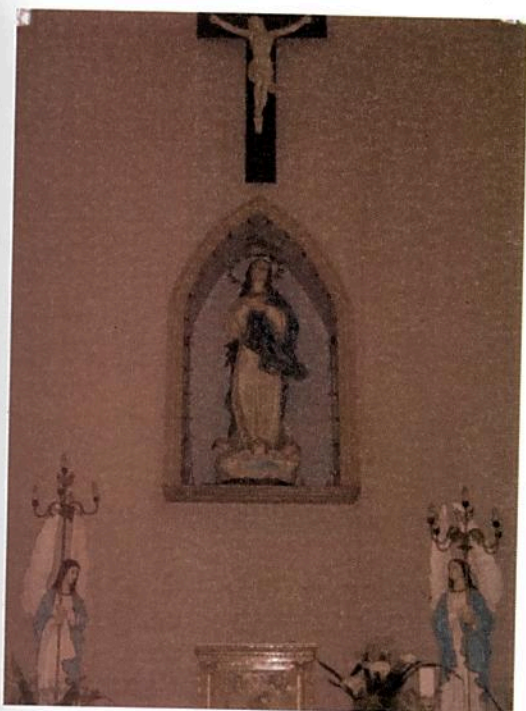
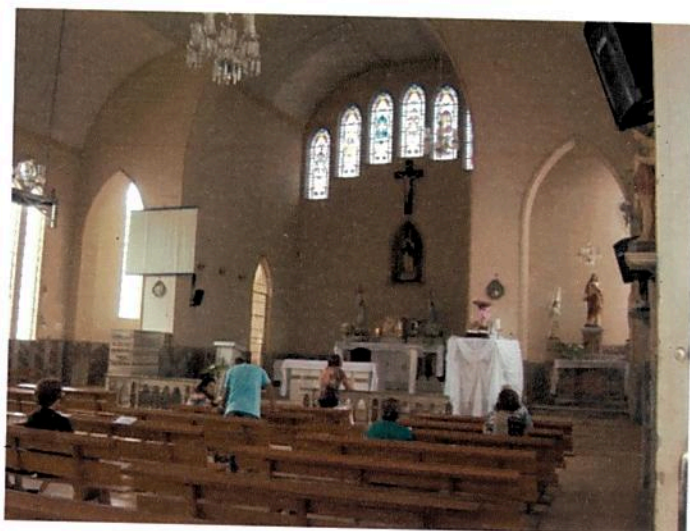


Imagem de Jesus Cristo localizada ao lado do altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....

Altar da Igreja Nossa Senhora da Conceição



Imagem de São Judas Tadeu localizada ao lado do altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Vista ampla do altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Experiência III

Produção de quadros com mosaicos em colagens, materiais reciclados e imagens de revistas e jornais.

Incentivou adoção de alimentação saudável, na nova pirâmide da cadeia alimentar, com recursos originários dos quintais da comunidade escolar.

Reportando



Reportando

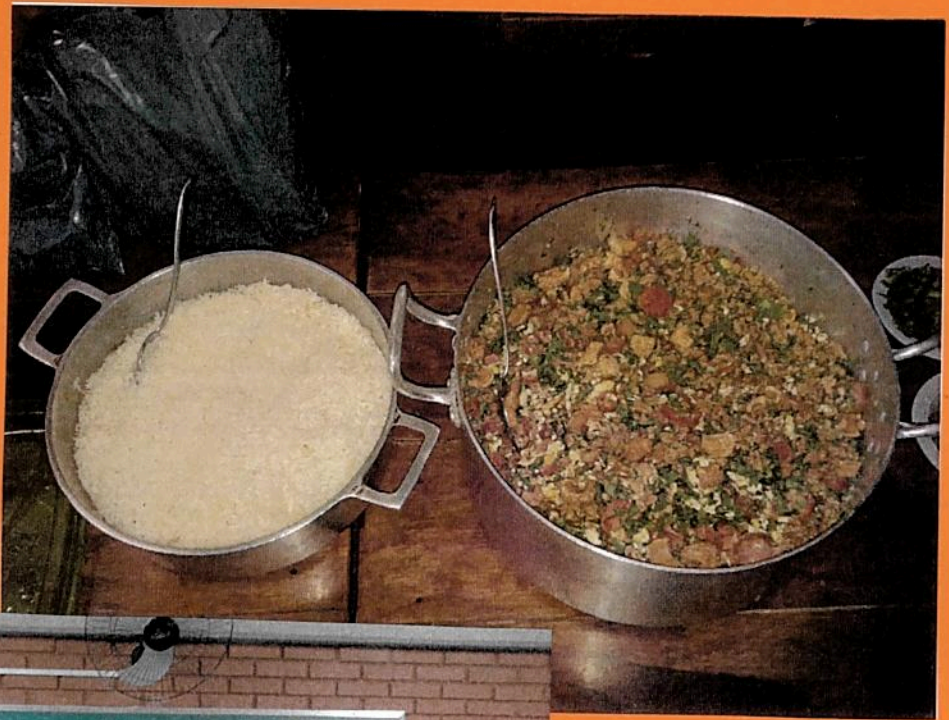
Construyendo



Pyramide Alimentar



Engvolvimento



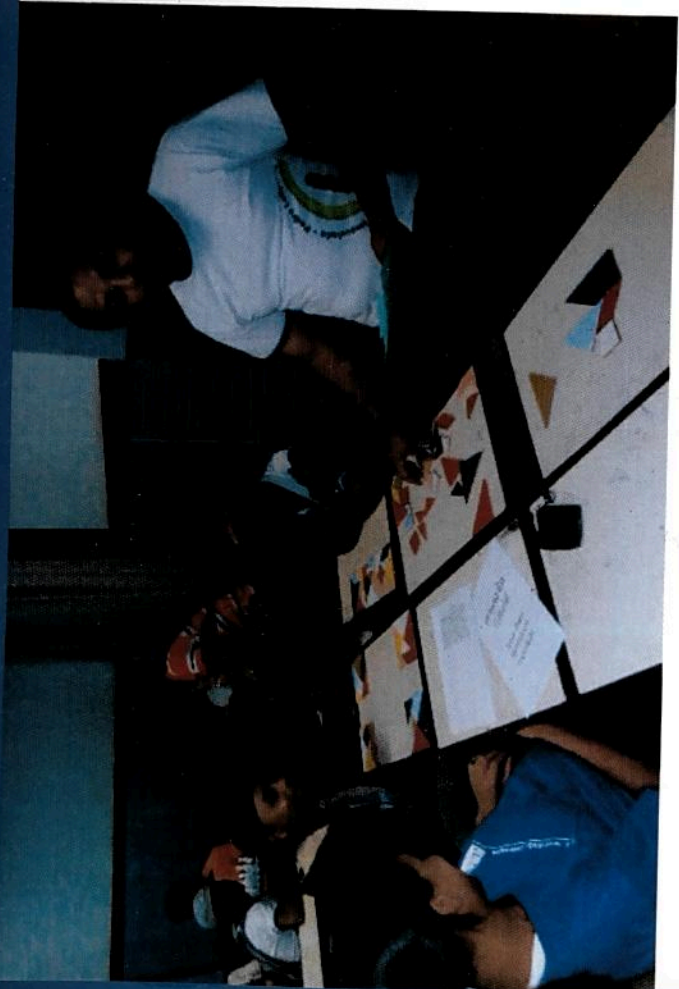
Conhecimento

Experiência IV

Produção de painéis, com figuras geométricas, utilizando cartolinas e papéis coloridos envolvendo estudantes da EJA com estudantes de idade-série convencional.

Conhecimento sobre a história dos jogos temáticos da cultura popular, que fazem parte das tradições de suas comunidades, suas regras e formas de jogar.

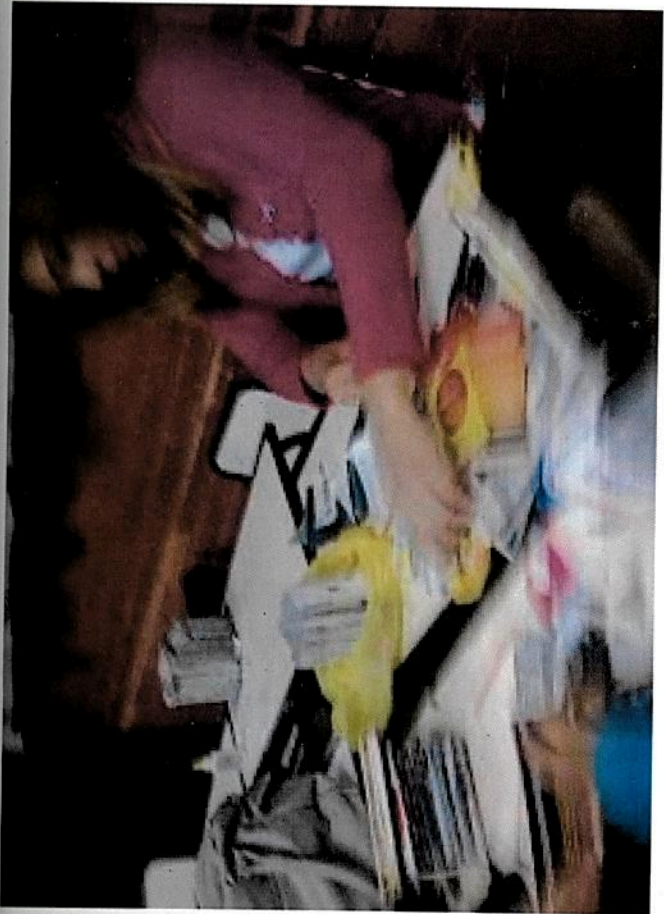
Incentivou compreensão sobre o sentido dos jogos da cultura popular, sua função na sociedade e adoção de valores sobre relações sociais incluindo respeito às diferenças, espírito colaborativo e competitividade.



Experiência V

Produção de modelagens artesanais utilizando diversos materiais reciclados. Uma obra de arte estabelece relação com o tempo de seu artista e o contexto sociocultural em que ele vive.

Incentivou a vontade empreendedora dos estudantes para produção de artesanato e decoração, com recursos e matéria-prima viáveis, contribuindo para a sobrevivência.





Elaborado
pela aluna
Albânia das
Olyrasas

Experiência VI

Produção de fotografia artesanal utilizando o método “pinhole”.

A atividade partiu da reflexão sobre o pensamento de que os pedaços do tempo vividos podem compor o álbum de fotografia de nossas vidas, e neste contexto todas as pessoas são importantes.

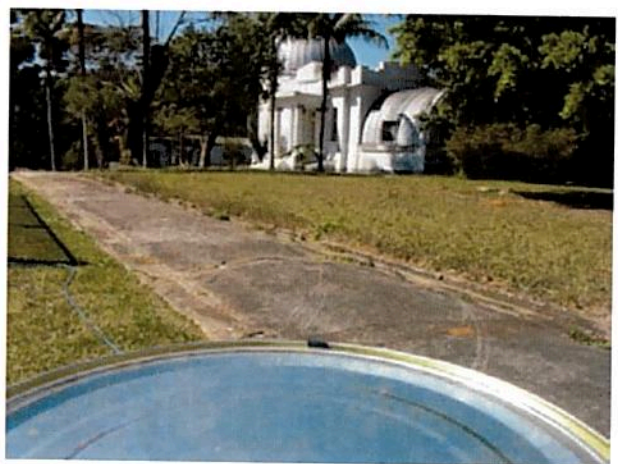
Incentivou adoção de conhecimentos do método “pinhole” para produção fotográfica.

1º Escolha a paisagem a ser fotografada



2º Fixe bem a lata, para que a foto não fique tremida.

3º Mire a marcação na lata para a imagem queira fotografar.



4º Abra o cartão, tomando cuidado para não mexer mais a lata, deixe-o aberto pelo tempo necessário.

FOTOS

